



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RENAN OLIVEIRA DE AGUIAR

**A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO JOÃO GOULART:
entre possibilidades e limitações em meio à luta de classes existente no Brasil pré-golpe
de 1964**

Renan Oliveira de Aguiar

**A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO JOÃO GOULART:
entre possibilidades e limitações em meio à luta de classes existente no Brasil pré-golpe
de 1964**

*Dissertação apresentada à Faculdade da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Área
de Educação.*

Orientador: Prof. Dr. José Claudinei
Lombardi

O arquivo digital corresponde à versão
final da Dissertação defendida pelo
aluno Renan Oliveira de Aguiar e
orientada pelo Prof. Doutor José
Claudinei Lombardi

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

Ag93r Aguiar, Renan Oliveira, 1988-
A reforma universitária no governo João Goulart : entre possibilidades e limitações em meio à luta de classes existente no Brasil pré-golpe de 1964 / Renan Oliveira de Aguiar. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: José Claudinei Lombardi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Reforma universitária. 3. Ensino superior. 4. Reformas de base - Brasil. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: University reform during João Goulart administration : navigating possibilities and restrictions amidst the pre 1964 coup class struggle in Brazil **Palavras-**

chave em inglês:

Education

University reform

Higher education

Basement reforms - Brazil

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

José Claudinei Lombardi [Orientador]

Alda Roberta Torres

Olinda Maria Noronha

Data de defesa: 29-04-2024

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7697-204X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1211241951567063>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO

**A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO JOÃO GOULART:
entre possibilidades e limitações em meio à luta de classes existente no Brasil pré-golpe
de 1964**

RENAN OLIVEIRA DE AGUIAR

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi
Prof.^a Dra. Alda Roberta Torres
Prof.^a Dra. Olinda Maria Noronha

Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de
Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade

2024

RESUMO

O objeto dessa pesquisa é a reforma universitária que integrava as reformas de base promulgadas durante o governo de João Goulart (1961 – 1964). Para analisar a reforma universitária, devemos dimensioná-la sob a dinâmica dos conflitos de classe que ocorriam naquele momento histórico e investigar, especificamente, o que havia de concreto em sua proposta de reformulação. Promulgada pelo governo, construída com o auxílio de cientistas sociais e educadores, mas reivindicada principalmente pelo combativo movimento estudantil, a reforma universitária era elaborada como contraposição à estrutura da universidade brasileira existente, instrumentalizada desde que as primeiras faculdades foram convertidas em universidades por força de decreto federal. Iremos apresentar as condições históricas, as amarras políticas e a dinâmica da luta de classes que incidiam sobre a universidade brasileira, transformando-a em instrumento das elites; assim, nosso objetivo geral é compreender o contexto histórico e social que exigia a reforma universitária. Por conseguinte, o objetivo específico da pesquisa é evidenciar as bases teóricas da reforma universitária e de que forma se dava sua elaboração. Dessa forma, a resolução dos objetivos postos exige que a pesquisa seja dividida em quatro momentos: no primeiro, apresentaremos o desenvolvimento adotado pelo governo Goulart em seu projeto de nação para, em seguida, através de uma crítica que se aproxima do materialismo histórico-dialético, apontarmos os limites do projeto desenvolvimentista. Na segunda parte, trazemos a luta de classes existente no período para o centro da análise ao apresentarmos de que maneira as forças progressistas e reacionárias se movimentavam em torno das reformas. Já na terceira seção, procuramos evidenciar de que maneira as desconfianças da classe trabalhadora em relação ao governo são convertidas em apoio crítico visando as reformas de base. Por fim, apresentaremos a organização da reforma universitária, evidenciando as questões históricas levantadas na época, os caminhos e as necessidades sociais que faziam o projeto ser fundamental ao governo de João Goulart.

Palavras-chave: Educação; Reforma universitária; Ensino superior; Reformas de base - Brasil.

ABSTRACT

The object of this research is the university reform that was part of the basic reforms enacted during the government of João Goulart (1961 - 1964). To analyze the university reform, we must assess it within the dynamics of the class conflicts occurring at that historical moment and specifically investigate what was concrete in its reformulation proposal. Promulgated by the government, constructed with the assistance of social scientists and educators, but primarily demanded by the militant student movement, the university reform was formulated as a counterposition to the structure of the existing Brazilian university, instrumentalized since the first colleges were converted into universities by federal decree. We will present the historical conditions, the political constraints, and the dynamics of class struggle that impacted the Brazilian university, turning it into a tool of the elites. Therefore, our general objective is to understand the historical and social context that necessitated the university reform. Consequently, the specific aim of the research is to highlight the theoretical foundations of the university reform and how its formulation took place. Thus, the resolution of the stated objectives requires that the research be divided into three moments: in the first part, we present the development adopted by the Goulart government in its nation-building project, and then, through a critique that approaches historical-dialectical materialism, we will point out the limitations of the developmentalist project. In the second part, we bring the existing class struggle of the period to the center of the analysis, demonstrating how progressive and reactionary forces were mobilizing around the reforms. In the third section, we attempt to elucidate the organization of the university reform, highlighting the historical issues raised at the time, the paths, and the social needs that made the project crucial to João Goulart's government.

Keywords: Education; University reform; Higher education; Basement reforms - Brazil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CALDEME – Campanha do Livro Didático e Material de Ensino

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CILDEME – Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

CNTTMFA – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos Marítimos, Fluviais e Aéreos

CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IC – Instituto Central

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MCN – Mensagem ao Congresso Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PCB – Partido Comunista do Brasil

PUA – Pacto de Unidade e Ação

UDN – União Democrática Nacional

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.0 O DESENVOLVIMENTISMO E SUA CRÍTICA NO GOVERNO GOULART.....	14
1.1 O DESENVOLVIMENTO E A IDEALIZAÇÃO DA NAÇÃO.....	14
1.2 CRÍTICA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO COM O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....	21
2.0 AS FRENTES DE DESESTABILIZAÇÃO GOLPISTAS.....	26
2.1 A AMEAÇA QUE VINHA DAS FORÇAS ARMADAS.....	26
2.2 A INICIATIVA GOLPISTA IPES/IBAD.....	28
2.3 A DESESTABILIZAÇÃO QUE VINHA DO EXTERIOR.....	31
3.0 AS LIMITAÇÕES POLÍTICAS DO GOVERNO GOULART - DO EMBATE AO APOIO CRÍTICO	35
3.1 O PLANO TRIENAL E A AUSTERIDADE ENQUANTO OBSTÁCULO AOS TRABALHADORES.....	35
3.2 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AO PLANO TRIENAL.....	38
3.3 APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS DO GOVERNO COM AS FORÇAS POPULARES.....	42
3.4 O MANIFESTO PELA MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL CONTRA O ATRASO	44
3.5 O APOIO CRÍTICO AO PROJETO GOVERNAMENTAL: A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA	47
4.0 DAS REFORMAS DE BASE À REFORMA UNIVERSITÁRIA: OS LIMITES E OS DESAFIOS	43
4.1 AS REFORMAS DE BASE ANUNCIADAS AOS TRABALHADORES.....	53
4.2 QUE UNIVERSIDADE DEVERIA SER REFORMADA?	57
4.3 A UNIVERSIDADE CAPTURADA PELO AUTORITARISMO.....	60
4.4 ANÍSIO TEIXEIRA E A MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS EDUCACIONAIS.....	64
4.5 A UNIVERSIDADE NO PROJETO DE NAÇÃO DO GOVERNO GOULART	67
4.6 A UNB: OPOSIÇÃO AO MODELO TRADICIONAL.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL	79

INTRODUÇÃO

Madrugada do dia 31 de março de 1964, após anos de tensões sociais causadas pelo aumento constante no custo de vida das classes trabalhadoras, as Forças Armadas do Brasil usurpam a presidência da República lideradas pelo General Castelo Branco, e instauram um golpe militar com o auxílio da burguesia nacional e de órgãos internacionais. Através de expurgos, exílios e muita violência, o poder civil é usurpado pelos militares durante 21 anos.

O golpe civil militar ocorreu como resposta ao programa de governo que o então presidente João Goulart (1961 — 1964) tentava implantar naquele momento histórico: as reformas de base. Contendo em seu escopo ações em setores distintos, a implantação das reformas de base visava à superação das necessidades estruturais que se colocavam contra a “emancipação econômica e cultural do país,” contando com amplo apoio popular para isso. A iminência das reformas agitava as massas e parecia apresentar-lhes novas possibilidades sociais, ao passo que eram vistas como ameaça à hegemonia da burguesia nacional e do capitalismo em sua dinâmica global (Brasil, 1964, p. XXII).

Entre os tópicos que integravam as reformas de base programadas pelo governo Goulart estava a reforma universitária, nosso objeto de pesquisa.

Ao falarmos em reforma universitária na História ou História da Educação, é natural que voltemos a 1968, quando a ditadura militar conferiu às universidades federais um novo regime administrativo e mudanças na organização curricular, valendo-se das normatizações que a Lei nº 5540/1968 outorgava aos detentores do poder. As instituições, então, passaram por um processo de modernização autoritário e distante das reivindicações estudantis. Segundo Florestan Fernandes, a lei de 1968 foi mero “repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitia racionalizar a organização das atividades universitárias” (Fernandes, 2021, p. 301).

A distância entre as demandas populares e a tecnocracia imanente à reforma de 1968 foi provocada por um projeto que se evidenciou privatizante, autoritário e excludente, beneficiando o grande capital monopolista ao permitir a capitalização de um direito humano como a educação (Minto, 2006, p. 111).

A demanda pela reforma universitária, no entanto, não era inicialmente dos militares, mas, sim, de estudantes, professores e educadores que passaram anos lutando por uma universidade mais responsiva às necessidades sociais das classes trabalhadoras.

O golpe civil militar foi o momento em que tal reivindicação popular foi anulada em prol do projeto reacionário. Como consequência, a reforma universitária gestada durante o governo João Goulart foi esfacelada pela ditadura militar enquanto seus idealizadores e entusiastas foram perseguidos e censurados. Assim, nossa pesquisa se justifica historicamente na tentativa de resgatar, refletir e repensar a reforma universitária proposta durante o governo João Goulart, visando contribuir com a resistência ao negacionismo histórico e à difamação das ciências humanas, que, de certa forma, perdura até os dias de hoje por meio dos admiradores do autoritarismo militar, alguns chegando aos mais altos postos de poder do país.

O fato de nossa pesquisa estar vinculada ao HISTEDBR, Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, exige de nós uma investigação histórica minuciosa. Entendemos o período investigado sob a lupa da História e da História da Educação de maneira crítica e atual, pois, a constante mercantilização do ensino superior e o desprezo pela ciência vivenciado na atualidade evidenciam a continuidade da lógica liberal, que transforma direitos sociais adquiridos em mercadorias a serem financiadas. Tal como no recorte pesquisado, a sanha de governos autoritários que utilizaram a frágil democracia em prol de um projeto de poder obscurantista e beligerante, parlamentares golpistas autodenominados “pró-mercado”, e movimentos da burguesia financiados por associações empresariais que corromperam o frágil processo democrático do país são encontrados em 1964 e em 2016, contra João Goulart e Dilma Rousseff. Para além disso, a constante mercantilização do ensino superior e o desprezo pela ciência vivenciado na atualidade evidenciam a continuidade da lógica liberal, que transforma direitos sociais adquiridos em mercadorias a serem financiadas.

Ou seja, pesquisar o instante histórico aqui investigado desvela muito do nosso tempo, pois naturalizamos a venda de direitos sociais como se não houvesse contradições a serem trabalhadas e alternativas a se buscar. Compreender a resistência contra a austeridade e os embates pela reforma universitária é fundamental para pensar como construir alternativas para a universidade pública cada vez mais convergentes às demandas oriundas das classes trabalhadoras.

Evidenciada a atualidade da investigação, cabe ressaltar que nosso objeto de pesquisa é a reforma universitária promulgada pelo governo Goulart. Para conhecer tal objeto é preciso inteligir a realidade histórica investigada através de certos princípios teóricos. Entre eles, consideramos, tal como Roland Corbisier, que para entendermos a inclusão da reforma universitária entre as reformas de base, é “indispensável analisar a organização da sociedade

no país subdesenvolvido e semicolonial, porque é essa organização que determina a forma e o conteúdo da educação” (Corbisier, 1968, p. 125).

Dessa forma, nosso objetivo geral é compreender a reforma universitária num escopo maior, relacionando-a às reformas de base e à luta de classes em voga para entendermos o sentido de sua elaboração por parte do governo Goulart.

Além de compreender o contexto histórico e social que exigia a reforma universitária através de sua dinâmica em relação às classes sociais existentes, temos como objetivo específico da pesquisa investigar o arcabouço teórico que a embasava, apresentando os caminhos de sua elaboração institucional. Nessa investigação não nos limitaremos à estrutura burocrática da universidade; entendemos que compreender a reforma universitária sem os conflitos de classe que a atravessavam seria como esvaziar de sentido a História e, concomitantemente, a História da Educação.

Para explicar esse instante da história, o trabalho será composto por uma pesquisa bibliográfica onde nossas referências basilares são intelectuais, agentes e críticos das reformas almejadas pelo governo. Entre eles, temos herdeiros de diferentes linhas teóricas que pensaram o problema do desenvolvimento, Francisco de Oliveira (Oliveira, 2020, p.22) e Florestan Fernandes (2020, p.383), adeptos do materialismo histórico-dialético, analisavam criticamente e sob um viés mais socialista o problema do subdesenvolvimento e das reformas; Já Celso Furtado e Darcy Ribeiro, ministros de Goulart, defendiam reformas oriundas do planejamento institucional do governo, uma vez que assinavam respectivamente o Plano Trienal (Brasil, 1962) e a Mensagem ao Congresso Nacional (Brasil, 1964). Além desses, filósofos e sociólogos que exerciam suas funções na máquina pública, como Roland Corbisier (1968, p.56), Álvaro Vieira Pinto (1986, p. 22) e Anísio Teixeira (1956), discutiam os elementos necessários à construção de reformas mais transformadoras e inclusivas na sociedade e na universidade.

Apesar das diferenças analíticas, o exame dos escritos desses pensadores trará luz ao problema do desenvolvimento e da reforma universitária, se devidamente mediados por uma investigação que, além de compreender as concepções sociais em questão, também possa enquadrá-las dentro de suas limitações teóricas e temporais ao propor novas articulações sem anacronismos.

Além desses pensadores, publicações que expressam as reivindicações populares e documentos governamentais relacionados ao nosso objeto constituirão as fontes principais para a resolução dos objetivos estabelecidos. Não só as obras e os documentos oriundos daquele instante histórico compõem a pesquisa, pois nossa investigação se debruçará sobre estudos mais

contemporâneas, que buscaram entender criticamente a relação do governo com as classes populares através das reformas de base e da concepção desenvolvimentista adotada.

A organização em torno das reformas de base foi apresentada pelo governo de João Goulart em dezembro de 1962, com a divulgação do programa presidencial denominado “Plano Trienal de Desenvolvimento Nacional” (1962). Entretanto, apesar do programa reconhecer o anacronismo presente em diversas instituições fundamentais ao desenvolvimento do país, o governo orientava-se segundo uma política de planejamento e reordenação monetária com base em medidas de estabilização financeira (Brasil, 1962, p. 189).

Para avaliar tais contradições, a elaboração metodológica da pesquisa se aproximará da concepção teórica do materialismo histórico-dialético visando inteligir adequadamente a realidade em questão, o que nos exige partir não apenas do discurso dos envolvidos, mas, também, de como as práticas do governo recaíam sob a realidade concreta e de que forma isso alterava a luta de classes.

Sem diferenciar as noções próprias à ideologia desenvolvimentista do teor revolucionário contido nas lutas das classes trabalhadoras, não conseguiríamos explorar os aspectos históricos e capitalistas que envolvem a universidade e o que a fazia deslocada do projeto nacional.

Os trabalhadores, por sua vez, lutavam pela concretização das reformas de base como contraponto à restrita democracia ao reclamar políticas que superassem as limitações estabelecidas historicamente no sentido do socialismo (Novos Rumos, 1963a, p. 1). Para isso, as classes populares emprestavam seu apoio a Goulart em nome de reformas de base, prometidas como fundamentais à “substituição das estruturas e instituições inadequadas à tranquila continuidade do progresso e da instauração de uma convivência democrática plena e efetiva” (Brasil, 1964, p. 7).

Compreender a reforma universitária através de nosso recorte requer analisar as nuances existentes entre a proposta do governo e as reivindicações das forças populares. É a partir dessa mediação, construída em meio a conflitos com as forças hegemônicas e golpistas, que iremos construir nossa investigação em quatro partes.

No primeiro momento da pesquisa, intitulado “O desenvolvimentismo e sua crítica no governo João Goulart”, iremos apresentar o esboço do projeto desenvolvimentista construído no começo do governo, as bases teóricas e as medidas políticas realizadas. A crítica a tal projeto fechará o primeiro capítulo e evidenciará o método de análise que iremos nos aproximar para construir a investigação em questão.

Na segunda parte da pesquisa, nomeada “As frentes de desestabilização golpistas”, iremos evidenciar as frentes que atuavam para a queda de Goulart. As forças militares golpistas, os empresários que se organizavam institucionalmente com atividades obscuras e as interferências exógenas sobre o processo democrático serão temas do capítulo.

Na terceira parte, “As limitações políticas do governo Goulart: do embate ao apoio crítico”, iremos investigar as críticas e as demandas existentes no processo de aproximação política entre o governo e as forças progressistas de esquerda, trabalhadores, intelectuais e estudantes. Para isso, traremos os acontecimentos que impulsionaram aquela luta de classes ao jogar luz no fato de que a sobrevivência das classes populares dependia de sua resistência.

Na parte final da pesquisa, “Das reformas de base à reforma universitária: limites e desafios” dissertamos sobre a maneira com a qual as reformas são apresentadas às forças populares e, especificamente, quais foram as medidas delineadas em torno da reforma universitária. Dimensionaremos tal questão analisando de que maneira o projeto se contrapõe às necessidades sociais diagnosticadas pelo governo. Para esta finalidade, faremos uma investigação sobre como o ensino superior se constituiu no país e o processo de exclusão social provocado por ele desde suas origens.

1.0 O DESENVOLVIMENTISMO E SUA CRÍTICA NO GOVERNO GOULART

Neste capítulo, apresentaremos de que maneira o governo de João Goulart concebia o desenvolvimento capitalista em meio às restrições impostas pelo frágil pacto democrático em voga. A perspectiva desenvolvimentista adotada pelo governo será apresentada para, posteriormente, nesse mesmo capítulo, trazermos a crítica ao modelo de desenvolvimento adotado através de uma ótica que se aproxime do materialismo histórico-dialético.

A intenção deste capítulo não é esgotar o tema do desenvolvimentismo sob a mediação do governo de João Goulart, mas apresentá-lo de maneira a esclarecer sua relação com o objeto e os objetivos postos da pesquisa.

1.1 O DESENVOLVIMENTO E A IDEALIZAÇÃO DA NAÇÃO

No momento histórico que pesquisamos, o conceito de democracia que regia a sociedade era limitado e concedido apenas a uma pequena parcela da população.

A inclusão de um pequeno extrato de trabalhadores urbanos ao sistema político-eleitoral dava sustentação a uma estrutura que permitia somente à pequena parcela da população – as elites socioeconômicas – ser integrada plenamente aos canais de participação social proporcionados pelo Estado (Saviani, 1987, p. 23). Esse momento histórico é conceituado por Demerval Saviani como *democracia restrita*, pois, entre a promulgação da Constituição de 1946 e o golpe civil militar de 1964, vigorou no país um regime político que excluía a base da classe trabalhadora do pacto constitucional firmado.

Outro pensador brasileiro que também faz uma análise crítica desse período é Florestan Fernandes (1977):

Esse desfecho mostra onde leva a aceleração do desenvolvimento capitalista dependente, concebida e posta em prática pela dominação burguesa como um fim em si e para si, e em condições nas quais o resto da sociedade não pode impedir o monopólio exclusivo do poder do Estado por um conglomerado de classes privilegiadas. A democracia se equaciona, como realidade histórica viva, ao nível dos privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente os membros de tais classes (ou, conforme as circunstâncias, só as suas elites). Doutra lado, o desenvolvimento, que é a única esfera realmente aberta de semelhante sociedade de classes, torna-se o alfa e o ômega do superprivilegiamento da dominação burguesa. Por seu intermédio, o capitalismo faz as pazes com o particularismo dos regimes sociais anteriores, reimplantando-o no coração do Estado moderno, e chega, mesmo, a desdobrar o próprio desenvolvimento em equivalente histórico da luta pelo botim na guerra colonial (Florestan Fernandes, 1977, p. 263-264).

Como desdobramento prático dessa democracia restrita sob o viés capitalista orientado pela hegemonia burguesa as forças populares tiveram sérias consequências, a

perseguição e fechamento do Partido Comunista no ano de 1947; o forte arrocho salarial enfrentado pelos trabalhadores no governo Gaspar Dutra (1947 – 1951); a interferência na direção dos sindicatos, quando nada menos que 15 % sofreram algum tipo de intervenção governamental e a arbitrária regulamentação do direito de greve via decreto federal, cercearam a liberdade dos trabalhadores e evidenciaram as dificuldades que seriam enfrentadas dali em diante (Schwarcz e Starling, 2015, p. 398).

A luta social era impulsionada pela compreensão que as classes populares passaram a ter da realidade. A luta pela concretização das reformas de base era o contraponto à existente democracia restrita ao reclamar políticas contra as limitações sociais estabelecidas historicamente.

Enquanto os trabalhadores reivindicavam reformas de teor socialista frente à espoliação crescente da burguesia industrial, a mediação do governo, entretanto, requeria o apoio das classes populares para superar o subdesenvolvimento, colocando, assim, o país na marcha do ritmo capitalista que se alastrava numa dinâmica modernizante através da industrialização.

Nesse processo, é necessário compreendermos os limites e as contradições assumidos na mediação proposta pelo governo: tornar realidade um ideal democrático mais igualitário e distributivo possibilitado pelo Estado Moderno, mas sob a égide do capitalismo em sua fase de expansão industrial:

Com base num diagnóstico seguro das economias regionais, e conhecidos os fatores da desigualdade de desenvolvimento nas distintas áreas do território nacional, pode e deve o Estado democrático, por meio de medidas de política econômica, exercer papel corretivo no sistema, neutralizando tendências negativas e estimulando outras, de incentivo às regiões de mais baixa renda em relação aos centros mais dinâmicos. Achemo-nos, contudo, no início ainda de um processo de mudança, estando quase tudo por fazer, principalmente em regiões subdesenvolvidas que não o Nordeste, algumas das quais enfrentam, ainda, os problemas elementares do desbravamento e da ocupação. O aceleramento desse processo de correção dos desequilíbrios regionais depende, entretanto, da remoção de obstáculos vários, alguns de natureza institucional, que não podem ser superados exclusivamente pelas medidas administrativas correntes e pelos esforços dos órgãos governamentais, cuja eficiência estaca, em geral, diante da pobreza de recursos e de um quadro geral de desencanto e ceticismo das nossas populações rurais, ainda não incorporadas ao processo de desenvolvimento, por força das estruturas ainda vigentes em nosso país (Mensagem ao Congresso Nacional, 1964, p. 132).

Ao analisar o plano de governo adotado por Goulart contido na Mensagem ao Congresso Nacional, percebemos que o conceito de desenvolvimento que o governo anunciava não fazia referência apenas à economia, mas buscava apresentar respostas e alternativas às

classes populares ao endossar a noção de “emancipação” dos trabalhadores em relação às “peias institucionais” (Brasil, 1964, p. LIX).

Da forma como estava apresentado, o conceito de desenvolvimento trazia imanente à sua elaboração teórica a noção de “emancipação”, termo caro à ideologia desenvolvimentista, pois fazia alusão ao projeto de atingir uma independência econômica capaz de elevar “o padrão de vida do povo” ou da “pátria”, integrando o Brasil ao centro do capitalismo mundial (Brasil, 1964, p. XL), como nos é apresentado na citação abaixo:

Se nos colocarmos todos à altura das nobres tradições de nossos maiores, que tiveram a grandeza de, em momentos históricos semelhantes ao que enfrentamos, de conter o egoísmo dos privilegiados para atender aos imperativos do progresso nacional, a emancipação do país e a elevação do padrão de vida do nosso povo poderão, mais uma vez, ser alcançadas, sem o risco da convulsão social e, portanto, com a preservação da ordem, com a salvaguarda das garantias democráticas e com a fidelidade que todos devemos às tradições cristãs do povo brasileiro (Mensagem ao Congresso Nacional, 1964, p. L).

No Brasil havia 15,9 milhões de adultos e jovens não alfabetizados – 39,9% do total de pessoas dessa faixa etária – excluídos do frágil processo democrático. Esses dados do Censo de 1960, evidenciam a marginalização profunda de trabalhadores que, por falha ou esforço deliberado do sistema político, eram considerados inaptos a exercer o “direito do voto”. A taxa de não alfabetizados era imensa, uma vez que o trabalho não era associado à instrução escolar e resquícios da escravidão estavam presentes em diversas regiões do país, uma vez que apenas setenta e seis anos separaram o fim da escravidão do golpe civil-militar.

Nesse interim, a repressão estatal atingiu os trabalhadores de diversas maneiras. Durante a Primeira República, a questão social foi tratada como “caso de polícia”, dada a violência contra qualquer tipo de manifestação popular. Já durante o Estado Novo, enquanto o abandono acometia os trabalhadores rurais, os direitos dos trabalhadores urbanos eram estipulados pelo Estado através da Consolidação das Leis Trabalhistas, que funcionava como barganha perante a burguesia industrial. Por fim, a democracia restrita instituída a partir de 1946, por sua vez, estabeleceu uma enorme exclusão de brasileiros não alfabetizados do frágil processo democrático. (Saviani, 1987, p. 39).

A perseguição às classes trabalhadoras foi concomitante à ascensão e mistificação de um liberalismo político mais próximo do autoritarismo do que da apregoada democracia. O golpismo inerente ao liberalismo defendido pelas elites, pelos partidos políticos golpistas e em instituições de caráter reacionário, radicalizava a luta política com ameaças constantes de golpe de Estado, visando interromper a ascensão das forças populares.

Como resposta, a dinamização política do governo Goulart visava mudanças promulgadas como estruturais e que convergiam com a análise desenvolvimentista reproduzida em órgãos internacionais celebrados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A análise desenvolvimentista que advém do governo tem origem na Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão designado pela ONU para pensar o desenvolvimento no continente sul-americano (Prebisch, 1949, p. 48). Seu maior entusiasta no Brasil foi Celso Furtado, ministro de João Goulart quando o Plano Trienal e as reformas de base foram anunciadas.

No sentido da análise cepalina, o governo tinha como princípio que a superação das condições econômicas estabelecidas “na relação com os países do centro do capital” passava pela industrialização do país. Assim, a teoria do desenvolvimentismo se chocava com as normas estabelecidas no comércio internacional, fundamentadas sob a teoria das vantagens comparativas. Então hegemônica, a teoria elaborada por David Ricardo previa que cada nação deveria se especializar no que fosse mais propício às suas condições internas, tendo acesso, no comércio internacional, ao que não fosse produzido em seus territórios através de um processo de trocas que privilegiasse o livre mercado (Ricardo, 1996, p. 318 e Prebisch, 1949, p. 108).

A oposição à antiga ordem tem uma perspectiva histórico-estruturalista, pois analisava como as instituições e a estrutura produtiva condicionavam as possibilidades de desenvolvimento dos países não industrializados, considerados subdesenvolvidos.

O ideal de desenvolvimento que o governo dinamizava pode ser sintetizado em três pontos:

A) Necessidade de promover industrialização através de uma pauta exportadora, tornando a importação menos dependente e diminuindo o abismo existente entre o setor rural, considerado arcaico, e o industrial, aclamado como moderno;

B) Aumento do papel do Estado, agente necessário à matriz produtiva, equilibrando as demandas do crescimento econômico com as demandas sociais;

C) Adoção de políticas protecionistas como resposta à dinâmica de produção agressiva do capitalismo internacional (Oliveira, 2020, p. 49).

A crítica ao subdesenvolvimento, entretanto, não se estendia ao modo de produção capitalista, pois acreditava-se que ele poderia ser posto a serviço do desenvolvimento nacional. Assim, o capitalismo adquiria um valor social novo, retrabalhado sob um conceito que deveria representá-lo sob uma nova ideologia, desta vez em bases nacionais, através de um nacionalismo de cunho democrático a ser construído com as reformas.

A violência com a qual o processo de colonização nacional foi regido afetava toda a dinâmica social do país, agindo diretamente sobre as classes trabalhadoras. Isso nos é delineado através da reflexão de Celso Furtado em depoimento concedido ao cineasta Zelito Viana em 1975. Na ocasião, o economista afirmou o seguinte:

O Brasil seria um caso quase único em que a economia formou a sociedade. Historicamente, as sociedades iam se transformando e dando lugar a distintas formações econômicas, formações econômico sociais. No Brasil, não. No Brasil, para efeito de raciocínio, pode-se imaginar um espaço vazio inicialmente, porque as culturas que aqui existiram não persistiram como sistema de cultura, foram, mais ou menos desorganizadas ou esfaceladas. E então foi implantado um sistema econômico sobre as fazendas, empresas agromercantis. Esta empresa passou a ser a verdadeira estrutura da sociedade. A partir da empresa agromercantil, da sua estrutura, se cria um sistema econômico, um sistema social e um sistema político. Daí temos duas coisas, uma distância enorme entre os que mandam e os que estão em baixo, o povo. E em segundo lugar um autoritarismo quase estrutural desse sistema, baseado em que toda organização econômica tem que ser, de alguma forma, autoritária” (Viana, Choque Cultural, 1975).

Segundo Darcy Ribeiro, as nações acometidas por esse processo de colonização seriam “engajadas por incorporação histórica como ‘proletários externos’ destinados a melhorar a qualidade de vida e a prosperidade dos países com os quais se relacionam” (Ribeiro, 2011, p. 71). Para a superação dessas condições, seria necessário desenvolver de forma autônoma os sistemas produtivos e as instituições governamentais com o intuito de transformá-los, de modo que venham a reproduzir-se como instrumentos de “povos que existem para si mesmos” (Ribeiro, 1968, p. 69).

A construção de um ideal nacionalista era concomitante à conscientização das massas, somente a consciência do atraso poderia despertá-las para o sentido da autonomia necessária ao desenvolvimento requerido, como vemos abaixo:

Não é possível admitir-se que continuem em vigor normas, padrões e valores que, em nosso meio, principalmente nas áreas rurais, perpetuam formas de relações de trabalho inspiradas nos resíduos de uma concepção aristocrática e feudal da vida e do mundo ou alicerçadas nas falsas premissas e nas hierarquizações injustas de um liberalismo econômico adverso aos encargos e às exigências do Estado Moderno. Entendo, por tudo isso, que a formação e o aperfeiçoamento educacional e técnico e a assistência mais completa à força de trabalho de uma nação, sobretudo quando ela empreende a luta pelo seu desenvolvimento devem constituir a preocupação fundamental dos poderes públicos, pois uma força de trabalho altamente qualificada é fator elementar da autodeterminação, da segurança e da consolidação da soberania nacional (Mensagem ao Congresso Nacional, 1964, pp. VIII-IX, grifo nosso).

A constituição das forças necessárias à composição do nacionalismo tal como almejado pelo governo, visava, primeiramente, superar o subdesenvolvimento e suas limitações materiais em prol das transformações estruturantes, fundamentais às exigências do desenvolvimentismo necessário à formação do Estado moderno requerido. A construção de

uma ideologia que pudesse ser a superestrutura dos esforços econômicos traçados, moldaria e seria moldada por valores democráticos a serem construídos como respostas às necessidades sociais diagnosticadas e debatidas junto às forças populares.

Percebe-se, nos discursos de Goulart e no de intelectuais que integravam o governo, que o Estado seria colocado à serviço da construção de um ente abstrato denominado “nação”. Esta deveria ser “moderna, democrática e livre” (Brasil, 1964, p. V), a ser construída como “uma solução harmônica e pacífica para o problema da renovação institucional de nossa Pátria” (Brasil, 1964, p. L).

O conceito de nação era imanente à modernização almejada, que visava alçar o país a um novo patamar no processo civilizatório a ser celebrado por todas as classes. Para isso, seriam necessárias “transformações constitucionais e estruturais indispensáveis à sustentação de nosso progresso material e cultural” (Brasil, 1964, p. 5).

A valorização do conceito de nação unificava as reivindicações presentes na luta de classes induzida pelas forças populares. Suas reivindicações eram contemporizadas, extraíndo o teor revolucionário para lhes atribuir condições de serem aprovadas no limitado jogo político institucional.

O projeto de nação do governo Goulart almejava uma campanha em prol da valorização do trabalho enquanto “arma pacífica da eliminação de privilégios e desníveis” (Brasil, 1964, p. VIII). Com as reformas, o governo esboçava uma reestruturação institucional que incidiria sobre o desequilíbrio econômico imanente ao processo de urbanização do país, sobre as contradições sociais herdadas do sistema colonial e sobre as reminiscências culturais relacionadas aos valores sociais deste período, normatizadas em leis e instituições. Essas limitações históricas afetavam a estrutura social, gerando contrastes que atingiam diretamente a população, principalmente no que se refere à distribuição de renda, participação política, oportunidades de emprego e de educação (Brasil, 1964, p. VI).

Havia esforço por parte do governo em reproduzir a mensagem de que o desenvolvimento não passava apenas pela industrialização, mas dependia também de outros setores. Abaixo podemos verificar a importância atribuída à ciência nesse processo e o movimento projetado pelo governo:

A pesquisa científica tornou-se questão de alta prioridade no País, em virtude da própria transformação por que está passando a sua economia. Não poderemos conquistar a plena emancipação econômica sem resolver, preliminarmente, os problemas tecnológicos que se nos apresentam e que têm aspectos peculiares. O exemplo de outros países, entre os quais o Japão, demonstra que uma indústria nacional poderosa só poderá ser implantada se tiver; condições de criar equipamentos e técnicas que utilizem a matéria-prima nacional e se adaptem às circunstâncias

características da vida econômico-social. : Por outro lado, da solução dos problemas tecnológicos apresentados pela nossa transformação industrial, especialmente no caso de rumos novos da economia, depende a maior ou menor subordinação ao know-how estrangeiro, que implica, por vezes pesados gastos em divisas, resultantes do pagamento de royalties e das vinculações econômico-financeiras criadas pela necessidade de utilizar patentes de outros países. Assim, cumpre ao Governo estimular e amparar os institutos de pesquisas, integrando a sua atividade no esforço de renovação industrial. (Mensagem ao Congresso Nacional, 1964, p. 175).

A necessidade do treinamento científico própria ao desenvolvimento do capitalismo em sua face industrial era reconhecida pelo governo Goulart através da reforma universitária. No entanto, apesar de assegurada através da Constituição de 1946 como direito de todos, a educação, elemento básico para a ciência e a pesquisa, permaneceu anos sem regulamentação alguma (até 1962), quando, após um extenso processo político, ocorre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases.

1.2 CRÍTICA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO COM O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

O modelo de desenvolvimento e as ações que a política real exigia do governo de João Goulart eram alvo de críticas contundentes entre as esquerdas. Aqui apresentaremos uma delas através da análise do sociólogo Francisco de Oliveira, por ser construída sob um rigor metodológico que bebe da mesma fonte que nos inspirou na condução do recorte pesquisado: o materialismo histórico-dialético.

Para Oliveira (2020, p. 35), não se tratava de avaliar a performance do sistema capitalista para dinamizá-lo com o intuito de amenizar as necessidades da população brasileira; era preciso negá-lo em detrimento de uma teoria que atendesse as demandas teóricas para a ação política própria ao problema da luta de classes. Ou seja, a teoria do desenvolvimento era questionada na medida em que “reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas”, quando o necessário à superação do *status quo* era, não reformar, mas, refazer o Estado brasileiro sem concilia-lo com o sistema econômico pré-posto. O questionamento apresentado pelo sociólogo partia daquilo que o governo Goulart estipulava como conquistas. A “Revolução de 1930” e os considerados avanços da Consolidação da Leis Trabalhistas seriam conciliações que apenas ratificaram a presença do Estado na administração do modelo de acumulação gerenciado pela burguesia industrial (Oliveira, 2020, p. 35).

As transformações do Estado brasileiro adentram a década de 1930 e se estendem, especificamente, a 1954, ano em que a indústria teve, pela primeira vez, maior participação na

composição do Produto Interno Bruto do país, deixando a agricultura em segundo plano. Durante esse tempo, solidifica-se um novo padrão de acumulação assegurado pelo Estado brasileiro através da industrialização; no entanto, não houve rompimento com a ordem hegemônica anterior, oligárquica, pois lhe foi garantida mão de obra nos moldes estabelecidos ainda durante o período colonial. Em paralelo, a ascensão da burguesia industrial era solidificada por uma conciliação programática com as classes trabalhadoras urbanas no sentido de extrair poder e capital das antigas elites.

A permanência dessa nova burguesia industrial, após 1954, seria sempre no movimento de defenestrar qualquer aliança com as classes trabalhadoras urbanas que vislumbravam a modernidade repetidamente anunciada durante todo o governo Juscelino Kubistchek (1956 – 1961). Nesse período, a formação do setor industrial é unidade base do sistema capitalista, pois, através dele se criam e consolidam novos parâmetros e preços de mercado visando a acumulação, e não necessariamente as necessidades de consumo, tal como considerava a teoria desenvolvimentista.

A ausência de conceitos como “mais-valia” ou “luta de classes”, em convergência à análise, hegemônica entre as esquerdas, do país dividido entre o atraso e a modernidade, resultava apenas numa crítica ao capitalismo em sua dinâmica global. Nessa escala, os países ditos subdesenvolvidos passavam a reivindicar autonomia para dinamizar novos processos produtivos dentro de suas especificidades sociais, culturais e ambientais.

A teoria do desenvolvimento, tal como posta pela CEPAL, não foi a única que tentou explicar as questões socioeconômicas do país. Sua sucessora, a teoria da dependência, buscou elucidar o subdesenvolvimento relativizando a oposição entre nações do centro e da periferia do capitalismo para articular o interesse em comum existente entre as elites nacionais e as estrangeiras. Tal convergência resultava numa hegemonia capaz de ditar os rumos da economia nacional padronizada pela exploração capitalista numa escala global (Duarte & Graciolli, 2007).

Embora tentem teorizar acerca dos caminhos do país à modernidade, tais hipóteses podiam até considerar em suas análises a urgência de problemas sociais que acometiam a classe trabalhadora, mas não construíram uma superação plena do capitalismo com a concreticidade do materialismo histórico-dialético.

O recorte histórico que Oliveira expõe em seu ensaio “Crítica à razão dualista” nos evidencia como compreender as limitações do projeto de país que o governo almejava com a teoria desenvolvimentista.

O apoio das massas às medidas reformistas do governo Goulart, o crescimento substancial dos sindicatos rurais, o engajamento social dos sindicatos urbanos, a politização dos jovens através das centrais estudantis e as lutas sociais que buscavam direitos trabalhistas demonstravam o nível de esclarecimento das forças populares e as condições revolucionárias postas. No entanto, o teor revolucionário presente na luta das classes populares é convertido à construção do ideal de nação presente no governo.

Ainda no sentido da crítica exposta por Francisco de Oliveira, cabe evidenciar o porquê de se investigar a realidade em questão sob a ótica do materialismo histórico-dialético. Ao nos aproximarmos de seu rigor teórico metodológico, compreenderemos relações anteriormente ocultadas por uma idealização harmoniosa da realidade que, desvelada, nos permite conhecer pontos obscuros de fundamental importância na composição dos objetivos que buscamos.

Além de evidenciar as limitações socioeconômicas presentes na teoria do desenvolvimento faz-se necessário também apontar as fragilidades da celebrada democracia em voga no período investigado. Através do materialismo histórico-dialético, apontaremos que o processo democrático padecia de uma sustentação mais concreta, pois resultava de uma conciliação política que fazia dos trabalhadores massa de manobra das elites, verdadeiras beneficiárias das limitações políticas que condenavam o país ao chamado subdesenvolvimento.

A noção de que o desenvolvimento visava atender as necessidades de consumo da população ou a melhora nas condições de vida do povo não condiz com a realidade, uma vez que “povo” ou “população” são representações inadequadas para análise social (Oliveira, 2020, p. 34). Tal lógica é também evidenciada por Marx em “Contribuição à Crítica da Economia Política”:

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (Marx, 2008, p. 258).

As lutas que movem a história no período capitalista são expressas através do embate entre diferentes classes sociais: a burguesia e o proletariado. O caráter contraditório do real, evidenciado na tensão de forças que culmina no golpe civil militar, pode ser analisado

através do materialismo histórico-dialético, pois essa teoria apresenta fundamentos para uma compreensão histórica concreta e verificável através da análise das condições sociais, sendo estruturada sobre o antagonismo de classes próprio ao modo de produção capitalista que se desenvolvia precariamente no país em seu modelo industrial.

A ascendente tensão entre classes antagônicas presente no período que pesquisamos, era fundamentada numa divisão social do trabalho que importava um modelo econômico reproduzido em escala mundial: o capitalismo de base industrial. No Brasil, ele se apropriava das reminiscências do modelo escravocrata, aproveitando-se de sua estrutura, dos produtos gerados e da força da mão de obra para aumentar sua produção e sua capacidade de lucro.

Dada a persistência das variadas estruturas escravocratas em diversos setores produtivos primários, além do amplo controle do capital estrangeiro sob setores distintos da indústria nacional ¹, tinha-se a pretensão de reorganizar estruturas relacionadas à cadeia produtiva, visando uma dinamização do modo de produção capitalista. Assim, os instrumentos para essa reorganização seriam as reformas de base.

Da forma que estava exposta, a noção de emancipação nacional referia-se aos âmbitos culturais e econômicos, e não tratava da liberdade dos trabalhadores enquanto classe livre da exploração para acumulação da crescente burguesia.

O processo de desenvolvimento, em especial no período que atravessamos de implantação, e consolidação, exige alterações estruturais que, em seu reflexo externo, implicam uma tomada de posição internacional necessariamente mais dinâmica do que em estágios anteriores de nossa evolução. A intensa mobilização de forças essencial ao desenvolvimento requer, portanto, uma contribuição ativa de nossa política externa para a consecução dos objetivos nacionais de emancipação econômica e justiça social (Mensagem ao Congresso Nacional, 1964, p. 212).

A citação acima, retirada da Mensagem ao Congresso Nacional de 1964, é uma síntese adequada do sentido do desenvolvimento a priori planejado pelo governo. A noção de “justiça social” apresentada acima não atribui devida importância aos problemas derivados da luta de classes. Tal noção é turva por não evidenciar o motor das contradições sociais, as leis internas de oposição entre classes. Ao invés disso, o desenvolvimento centralizava seus

¹ Os grupos monopolistas multinacionais dominavam 100% da indústria automotiva nacional e eram hegemônicos em relação à produção de vidro, com 90% da produção nacional, 86% da produção farmacêutica do país, 80% da indústria da borracha e 60% da fabricação de máquinas e autopeças (Kucinski, 1981, p. 55).

esforços na oposição centro/periferia para dinamizar uma reforma de Estado que pretendia recolocar o país na ordem do sistema capitalista internacional.

O sentido emancipatório promulgado na MCN deve ser analisado à luz dos acontecimentos e embates sociais para ser diagnosticado com base no materialismo histórico-dialético. Essa investigação deve superar conceitos do senso comum e desenvolver-se por meio de abstrações que possam reproduzir o concreto, distinguindo essência de aparência, mas considerando-as numa mesma unidade dialética.

Uma vez que o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual, é possível abordar a realidade a partir de uma análise que se sustente utilizando dados e elementos abstraídos dessas estruturas (Marx, 2008, p. 25).

Por ser um conjunto de processos, a realidade deve ser concebida através de categorias que reproduzam o concreto, não devendo ser retratada como algo apenas empírico ou idealista. Para isso, torna-se necessário superar as representações caóticas iniciais relacionadas ao objeto para compreendê-lo em suas múltiplas determinações.

Determinação é entendida aqui como um momento real do objeto. Por conseguinte, enquanto abstraída, não é mais um momento real da coisa, mas torna-se um conceito que reproduz o real existente no concreto. As determinações mais simples estão “no nível da imediaticidade do real”; já as mais complexas, no entanto, auxiliam na concreção real do conhecimento através da relação, “universalidade, singularidade e particularidade” (Netto, 2011, p. 45).

Dessa forma, tendo superado a representação inicial, o processo de abstração do real reproduz, pelo pensamento, uma síntese capaz de chegar a totalidades que integrem cada vez mais o objeto analisado (Dussel, 2012, pp.52-53). A transição de um grau de análise para outro exige um caminho dialético que deve ser construído com base na investigação da produção material da vida social, sendo que esse caminho é expresso aqui através da tensionada dinâmica entre classes, que é mediada pela frágil política institucional em voga durante o estreito pacto democrático sustentado pela democracia burguesa estabelecido desde 1946.

Da forma que está exposta nos programas do governo, a noção de emancipação nacional se referia aos domínios culturais e econômicos e não tratava da liberdade dos trabalhadores enquanto classe. Já sob um viés crítico proveniente da teoria marxista, a emancipação enquanto conceito pode ser sintetizada como uma superação da democracia formal, representativa, assegurada pela sociedade de classes. Isso resultaria no fim do Estado como o conhecemos e em maior proximidade com o projeto socialista por promover a

libertação do homem do trabalho alienado, permitindo vislumbrar uma nova práxis cotidiana e uma nova sociedade que diluiria o poder político sob a sociedade civil de maneira que isso representaria a superação do estado moderno (Saviani, 2017).

A emancipação humana, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, é tida por Saviani como “democracia real”, pois promoveria uma mudança revolucionária no ser e nas condições materiais que o cerca. O homem organizaria sua força em torno da estruturação dessa nova sociedade (Saviani, 2017). Em relação a isso é correta a citação de Marx ao afirmar que “Toda emancipação é a recondução do mundo humano, das relações, ao próprio homem” (MARX, 1993, p. 38).

Em comparação à concepção de emancipação presente nos documentos e no discurso do governo, veremos que o teor revolucionário da emancipação política não existe na mediação proposta governamental dada a concepção de desenvolvimento existente, que não abarcava as forças sociais como elemento revolucionário, mas como fator a ser harmonizado em prol da economia nacional.

2. AS FRENTES DE DESESTABILIZAÇÃO GOLPISTAS

Desde que assumiu a presidência, Goulart enfrentou uma oposição que agia de forma ilegal, conjecturando a respeito de sua queda. Nesta seção da pesquisa iremos apresentar o *modus operandi* dessas frentes golpistas e de que maneira elas se articularam em prol do golpe civil militar para tomar o Estado de assalto, derrubando o governo e atribuindo-lhe a alcunha de comunista.

O movimento golpista se articulava em três frentes diferentes e foi fundamental para a desestabilização do governo. Os motins ocorridos nas Forças Armadas, o golpismo financiado através dos institutos IPES/IBAD e o programa americano de auxílio econômico, conhecido como Aliança Para o Progresso, evidenciam conspirações contra o governo em meio a uma espiral inflacionária que minava qualquer possibilidade de manutenção do frágil sistema instituído.

2.1 A AMEAÇA QUE VINHA DAS FORÇAS ARMADAS

Os ideais reformistas próprios ao discurso das forças populares, gradativamente ganhavam adeptos entre membros das Forças Armadas. Pautas em que se debatiam as formas de nacionalismo, a soberania nacional e a reforma política, que, entre outros direitos, permitiria o voto dos militares, tornavam-se temas amplamente discutidos entre as tropas, desagradando aos oficiais que consideravam essas questões esquerdizantes e afrontosas à hierarquia do Exército.

A relação de Goulart com o oficialato era cercada de desconfiança desde sua atuação como ministro do trabalho de Getúlio Vargas. Em 1954, João Goulart tentou conceder aumento de 100% do salário-mínimo aos trabalhadores e sofreu fortes represarias por isso. Sua política de incremento do salário-mínimo incomodou as Forças Armadas, que se viram desvalorizadas em relação às políticas adotadas para os civis. As queixas diziam respeito ao declínio presente em toda a estrutura militar e aos baixos soldos recebidos pelos soldados, vencimentos estes considerados incompatíveis com suas posições na sociedade (Skidmore, 1975, p. 165).

O conflito institucional que advém desse embate é travado pelo Exército no afimco de defender seus próprios interesses, pois ainda gozavam do prestígio em decorrência da guerra mundial. De forma cooperativista, a instituição via o aumento do salário-mínimo como uma ameaça aos seus direitos e prestígio, enquanto reivindicava melhores estruturas de trabalho por

se ver como uma classe incorporada ao Estado. A resolução da crise só ocorre quando a proposta de reajuste salarial outorgada por Jango é rejeitada e, ele, demitido (Skidmore, 1975, p. 167).

Já durante o mandato presidencial de Goulart, o embate com as Forças Armadas esteve presente desde a posse, no entanto, são dois os momentos que corroboram definitivamente para a ordem do golpe, quais sejam, a “revolta dos sargentos” e o “motim dos marinheiros”.

O episódio conhecido como “revolta dos sargentos”, ocorreu especificamente em 11 de setembro de 1963, quando 536 sargentos e suboficiais do exército brasileiro ocuparam, por um dia, os prédios do Ministério da Justiça, Ministério da Marinha, a Rádio Nacional e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, além de prenderem o presidente do Supremo Tribunal Federal e o presidente da Câmara dos deputados como protesto contra a Justiça Eleitoral, que impossibilitou integrantes das Forças Armadas de assumirem cargos eletivos.

A pauta dos revoltosos foi amplamente apoiada pelos grupos que integravam as forças populares, o que podemos constatar através de diversos artigos publicados nas páginas da revista *Novos Rumos*, boletim impresso ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e ao Partido Comunista, então na ilegalidade. (*Novos Rumos*, 1963b, ed. 239, p. 3).

O apoio integral e explícito das esquerdas à causa dos oficiais detonou uma crise na frágil democracia existente do país, desgastando o governo Goulart. Rapidamente controlado o motim, comandantes do Exército brasileiro solicitaram rigor nas punições dos insurgentes e fizeram duras críticas às organizações sindicais que estariam interferindo na hierarquia militar, sendo, portanto, “inimigas da lei, da ordem e das instituições democráticas”, como disse em nota o comando do II Exército em São Paulo aos jornais da época (Figueiredo, 1993, p. 133).

Na contramão do que a rigidez das Forças Armadas pregava, Goulart, no entanto, concedeu anistia aos rebelados e apoio público às suas causas e reivindicações ao alegar que todas seriam atendidas com o programa de reformas. O fato irritou a cúpula do Exército, que viu sua hierarquia quebrada por um poder da República (Figueiredo, 1993, p. 133).

Tal relação se deteriora após o comício de 13 de março. O governo anunciava as reformas visando superar as limitações da Constituição, e, para isso, utilizaria meios de incluir na reforma eleitoral os excluídos pelo processo democrático estabelecido.

Como às Forças Armadas cabia, segundo o artigo 176, proteger a lei vigente, um plebiscito tal como desejava o governo seria considerado inconstitucional e contra a democracia instituída (Figueiredo, 1993, p. 183).

Essa interpretação, que pregava a defesa da Constituição e da ordem aplicada pelo princípio da lei vigente, ganhou jornais, rádios, televisores e a classe média do país, que foi às ruas com passeatas contra Goulart. A mais representativa delas foi a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em 19 de março de 1964. O encontro reuniu mais de 500 mil pessoas em São Paulo e selou a convergência dos anseios golpistas com o ódio de classe fomentado nas elites e incorporado pelas classes médias contra os trabalhadores.

Outro motim, desta vez ocorrido em 26 de março de 1964, encabeçado por soldados de baixa patente, terminaria por corroer qualquer vestígio de mediação política segura entre o governo Goulart e as Forças Armadas. Nessa data, cerca de dois mil marinheiros compareceram à sede do sindicato dos metalúrgicos para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, ato proibido pelo ministro da Marinha, que mandou prendê-los pela infração; no entanto, os soldados revoltosos uniram-se aos que iam prendê-los. Com isso, um grupo maior ainda passou a reivindicar, além do aumento dos soldos, códigos disciplinares menos rigorosos e assistência médico-hospitalar para a categoria (Bandeira, 1978, p. 169).

O protesto só terminou com a demissão do ministro da guerra e com a anistia concedida por seu substituto, empossado após consulta ao CGT, o que irritou profundamente as Forças Armadas capitaneadas pelo general Castelo Branco, oficialmente, Comandante Geral do Exército Brasileiro. Neste momento, a relação entre o governo e as Forças Armadas já estava irremediavelmente abalada. Não à toa, as esquerdas populares viam o exército como uma força cuja gerência estaria além das possibilidades de controle do governo, como ocorreu (Bandeira, 1978, pp. 146-147).

A participação das Forças Armadas na campanha contra o governo Goulart se estende em outras frentes, com soldados e generais aderindo às instituições ou apoiando partidos golpistas. No entanto, os dois episódios aqui citados apresentam mais diretamente essa dinâmica da instituição militar contra qualquer ação política das esquerdas populares e evidenciam o embate entre o progressismo e os ideais reacionários.

2.2 A INICIATIVA GOLPISTA IPES/IBAD

A desestabilização do governo Goulart era produzida também além dos quartéis, através da iniciativa do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD, respectivamente). Ambos trabalharam harmonicamente e de forma complementar por meio de ações políticas sofisticadas para subverter a imagem do governo

junto a diferentes extratos sociais da população, fazendo uso de mentiras que associavam Goulart ao comunismo e corrupção.

Formado essencialmente a partir da união do capital estrangeiro e nacional que se solidificava no país ao longo da década de 1950, o IBAD responde a uma demanda da burguesia industrial (Dreyfuss, 1981 p. 102).

Até o fim da década de 1950, o capital estrangeiro e associado não se configurava em um bloco organizado, mas se solidificava através de iniciativas isoladas e *lobbying* junto aos poderes da República. O poder que essa classe possuía foi potencializado em 1959, com a ascensão do IBAD. O instituto contava com apoio gestor direto da *Central Intelligence Agency* (CIA) e aporte financeiro de um grande número de multinacionais e empresários brasileiros interessados em ocupar a nascente cadeia produtiva do país (Bandeira, 1975, p. 68).

Se com o governo de Juscelino Kubistchek havia a perspectiva do crescimento econômico e desenvolvimento, a realidade trouxe transformações somente às empresas estrangeiras. Ao estabelecer suas linhas produtivas em território nacional, esses capitalistas aproveitaram-se da frágil estrutura social de proteção aos trabalhadores existente e passaram a ter como objetivo a destruição de qualquer atividade protetiva do Estado, bem como a apropriação da estrutura produtiva do país, colocada a serviço da acumulação capitalista numa escala global.

As relações com a CIA e o alto investimento aplicado, permitiu ao IBAD promover um ideário golpista a variados extratos da burguesia industrial contrários a Goulart. Tal ideologia era reproduzida através de palestras para economistas, programas de tv e rádio, anúncios publicitários, documentários, livros e manifestos nos jornais que, através de linguagem simples e fluida, eram adaptados a variados públicos. Poetas, jornalistas, economistas e demais intelectuais, postos a serviço da burguesia, trabalharam ativamente junto à igreja e meios de comunicação, relacionando Goulart ao comunismo, e as reformas de base ao controle do Estado pelo governo (Dreyfuss, 1981, p. 103).

O berço da ideologia financiada pelo IBAD chamava-se IPES. Este ganhava forma como resposta ao dinamismo dos movimentos sociais que apoiavam Goulart e orientava-se principalmente em torno do anticomunismo. Era um movimento reacionário que alegava funcionar como uma “agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos”, mas, na verdade, desde sua fundação em setembro de 1961, tinha sua atividade centrada na organização de ataques ao governo de Goulart. Sua campanha de difamação abrangia não só os feitos e

planos políticos do governo, incluindo aí, principalmente, as reformas de base, mas iam contra qualquer progressista que manifestasse apoio às reformas (Dreyfuss, 1981, p. 234).

Suas propostas, no entanto, espelhavam a lógica liberal disseminada a partir dos Estados Unidos na medida em que refletiam os mesmos ideais presentes na promulgação do programa Aliança Para o Progresso, isto é, anticomunismo como política, reprodução da ideologia liberal e exaltação do capitalismo sem a regulamentação estatal (Ramirez, 2009).

O IPES conspirava contra o governo através de uma complexa organização que buscava transmitir à sociedade valores liberais até hoje propagados como a salvação da economia². Com a dedicação de intelectuais, escritores, jornalistas, empresários brasileiros e estrangeiros apoiados por instituições governamentais americanas, as críticas às reformas de base eram acompanhadas da defesa do livre mercado e do Estado Mínimo (Pastore, 2012).

A influência do governo americano no agenciamento de recursos que financiavam palestras, livros, programas de rádio e propagandas antirreformas, era capitaneada pelo embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon. Através de sua autoridade, nada menos que 297 empresas americanas contribuíram diretamente com as atividades golpistas (Bandeira, 1975, p. 69).

O IPES também tinha um braço no legislativo denominado Ação Democrática Parlamentar. Além de funcionar como antítese ao relativo crescimento da esquerda na Câmara, o grupo buscava travar todas as iniciativas institucionais de prosseguir com as reformas de base, principalmente a agrária. Originadas no Congresso Nacional, inúmeras pautas conservadoras nos campos da moral, da economia ou da religião eram reproduzidas para as classes médias, culminando nas Marchas da Família com Deus Pela Liberdade, cuja maior reivindicação era “ser contra o comunismo ateu” (Souza, 2015, p. 36-37).

Apesar de propagado como defensor da democracia, o IPES utilizava táticas desonestas para infiltrar militantes em diversos movimentos sociais e sindicatos graças a um destacado setor de contrainteligência orientado diretamente por generais das Forças Armadas. Tanto oficiais da reserva, quanto integrantes da ativa do Exército (entre eles os então generais Golbery do Couto e Silva, Humberto Castelo Branco e Ernesto Geisel) tiveram participação na construção de um “Estado-maior informal”, parceria do IPES com a Escola Superior de Guerra,

² Referente ao tema, Pastore, em artigo do ano de 2012, faz uma análise bem embasada e atual acerca das similaridades operacionais existentes entre os golpistas do IPES e a dinâmica adotada pelo Instituto Millenium que trabalhou intensamente na viabilização do golpe parlamentar da ex-presidenta Dilma Roussef, em 2016 (Pastore, 2012).

que, além de formar oficiais para as Forças Armadas, mantinha ilegalmente um aparato de espionagem estatal com o objetivo de consolidar uma rede de influência para monitorar adeptos da ideologia comunista e derrubar o governo de João Goulart (Dreyfuss, 1981, p. 79).

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em abril de 1963, tentou revelar, sem sucesso, a escusa relação existente entre o IPES e o IBAD. Tal comissão foi marcada por arranjos e entraves causados por deputados ibadianos que sabotaram os trabalhos investigativos protegendo os acusados. O IPES conseguiu sair ileso do inquérito, sem expor os nomes de seus apoiadores e suas respectivas contribuições. Já o IBAD foi considerado culpado pelo crime de corrupção política ao não conseguir comprovar legalmente como sustentava suas dívidas e por interferir na política institucional sob princípios hostis ao processo democrático (Gaspar, 2012, p. 38).

Apesar do encerramento das atividades do IBAD, o IPES não teve problema em continuar reproduzindo e exportando sua ideologia. O instituto contribuiu também com a queda de regimes democráticos na América Latina, como no Chile (1973) e na Bolívia (1971), ao trabalhar na desestabilização de governos de esquerda. Muitos intelectuais que integravam a estrutura do instituto, vieram, posteriormente, a fazer parte do governo golpista do general Castelo Branco, seja em ministérios como da Economia, Indústria e Comércio, ou setores de inteligência, como o Serviço Nacional de Informações (Dreyfuss, 1981, p. 436).

A absorção de parte dos quadros técnicos e do modelo de austeridade propagado pelo complexo IPES/IBAD, evidencia a influência da aliança existente entre capital externo, empresariado brasileiro e militares na política de austeridade instaurada com o governo de Castelo Branco. O projeto econômico a ser concretizado é resultado da conspiração interna auxiliada também por instituições norte-americanas, como veremos em seguida.

2.3 A DESESTABILIZAÇÃO QUE VINHA DO EXTERIOR

Apresentada como um programa de auxílio econômico aos países da América Latina pelo então presidente norte-americano John F. Kennedy, em 1961, a Aliança Para o Progresso nos remete a um contexto global que abrange os conflitos pertinentes à Guerra Fria (1947 – 1991).

Após a morte de Josef Stalin, comandante da União Soviética, em 1953, o governo de seu sucessor, Nikita Khrushchev (1953 – 1964), passou a ter uma postura de mais diálogo diplomático com países não comunistas, ameaçando modificar a ordem global do sistema capitalista (Loureiro, 2021, p. 43).

A Aliança Para o Progresso ascendia como uma resposta do governo norte-americano a essas mudanças em política externa realizadas pela União Soviética. Os valores e os métodos de concessão para investimentos nos países considerados subdesenvolvidos foram rediscutidos devido aos temores de revoluções nacionalistas ou de caráter marxista, como viria a ocorrer em Cuba.

Desde a gestão do presidente Harry Truman (1945 – 1953), os Estados Unidos da América mantinham apenas um tímido programa de auxílio financeiro aos países considerados subdesenvolvidos, denominado Ponto IV. Apesar de bastante alardeado como um dos principais programas da política externa norte-americana, seus investimentos foram minguados, pois apenas 150 milhões de dólares ao longo de toda a década de 1950 foram destinados ao continente sul-americano (Loureiro, 2021, p. 37).

Já a Aliança Para o Progresso emitiu a quantia de 20 bilhões de dólares em investimentos na América Latina ao longo da década de 1960. Em 1964, o investimento por parte dos norte-americanos no continente era tão expressivo quanto os aplicados pelo Plano Marshall na reconstrução europeia em decorrência da Segunda Guerra Mundial (Loureiro, 2021, p. 19).

Tal montante foi inicialmente anunciado para financiar projetos que favorecessem a democracia liberal e o desenvolvimento capitalista através de reformas que deveriam afastar os perigos comunistas, como promulgado no documento base: a Carta de Punta del Este, de 1961.

Com a Aliança, tinha-se a expectativa da ampliação da planta industrial, da melhora da rede energética do país, da dinamização da estrutura agrícola através de reformas moderadas, elaboração de programas educacionais e de saúde pública, além da construção de conjuntos habitacionais, entre outras medidas paliativas de caráter socioeconômico, principalmente na região nordeste, para evitar que as Ligas Camponesas expandissem sua influência e, assim, angariassem mais adeptos (C. P. del Este, 1961).

No entanto, a emissão de recursos destinados à Aliança estava diretamente relacionada a preocupações políticas. Eram financiados apenas projetos que detinham pressupostos liberais com potencial de neutralizar ações consideradas esquerdistas.

Segundo Loureiro (2021, p. 120), o governo norte-americano concedia empréstimos baseado em um índice ideológico que categorizava deputados, senadores e governadores, além da famigerada divisão direita/esquerda. Através do exame da embaixada norte-americana no país, os mandatários brasileiros e todos os postulantes ao pleito de 1962,

fossem eles federais ou estaduais, eram divididos em oito categorias diferentes, e só a partir do posicionamento nessa classificação é que os recursos passavam a ser aprovados.

As denominações eram as seguintes: a) comunistas ou criptocomunistas, filiados ao partido ou declaradamente adeptos de ideais marxistas; b) inocentes úteis, candidatos de esquerda sem filiação ao comunismo, mas simpáticos à ideologia; c) esquerdistas ultranacionalistas não comunistas; d) reformistas não comunistas; e) centristas liberais e reformistas sem militância; f) conservadores que resistem a mudanças econômicas e sociais; g) extremistas apoiadores de um golpe militar; h) outros e não identificados.

Vale ressaltar que nenhum representante pertencente ao espectro político de esquerda (categorias a, b e c) recebeu recurso algum por parte das agências norte-americanas de financiamento atreladas à Aliança, como a USAID ou o BID³, órgãos de financiamento pretensamente técnicos, mas incubadores de medidas liberais e estrangeiras (Loureiro, 2021, p. 122).

No Brasil, o resultado concreto da Aliança foi o fortalecimento de uma oposição golpista e o estabelecimento de relações econômicas de subordinação com os Estados Unidos, constituídas diretamente entre órgãos institucionais norte-americanos e governadores oposicionistas, sem a devida ciência do governo federal.

A sabotagem que os norte-americanos promoviam ao governo Goulart pode ser evidenciada também nos números dos empréstimos concedidos ao governo federal. Durante todo o mandato presidencial de Goulart não houve emissão de recursos diretos à União; situação que mudou após a posse do General Castelo Branco, quando 21 transferências foram concedidas e US 343,9 milhões emitidos até 1969 (Loureiro, 2021, p. 99).

O Caráter liberal da Aliança Para o Progresso beneficiou diretamente os adeptos de seus ideais. Assim, os governos mais agraciados com empréstimos do BID foram os do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; governados por Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros que, respectivamente, ficaram com 41%, 11% e 9% do financiamento disponível

³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico – BID – foi criado em 1959 por vintes países que integravam a carta que dá origem à Aliança Para o Progresso. O órgão auxiliou na implantação da política certificada pela Aliança, pois avaliava os projetos e os prazos a serem financiados, deslocando pessoal técnico de diversas áreas para a elaboração de pareceres. Já a USAID – Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional – era um órgão exclusivo do Departamento de Estado Norte-americano diretamente atrelado ao programa Aliança Para o Progresso e funcionava como instituição de financiamento ao desenvolvimento criando seus próprios critérios para concessão de empréstimos, o que demonstrava seu caráter político e não meramente técnico (Pastore, 2012, p. 149).

(Loureiro, 2021, p. 116). Não é demais lembrar que esses três governadores conspiraram em conjunto no dia do golpe, permitindo que as tropas das Forças Armadas tivessem total liberdade em seus territórios para cercar possíveis resistências civis.

Ainda segundo Loureiro, fomentar a oposição seria uma estratégia para fortalecer regionalmente os ideais do governo norte-americano no Brasil, ao passo que se promoveria eleitoralmente as principais lideranças contrárias a Goulart no país (Loureiro, 2021, p. 153).

A Aliança fomentou uma ruptura institucional ao sabotar o planejamento econômico do governo federal aliciando governantes estaduais, prometendo financiamentos ou favorecendo seus projetos. Tais práticas garantiam uma oposição unificada contra a temida radicalização de esquerda, ao passo que se alimentava um golpe contra o governo, minando as relações institucionais e fortalecendo o discurso golpista propagado por contrários às reformas de base, tal como reivindicada pelos trabalhadores.

O enfraquecimento da frágil democracia liberal em prol de robustas ditaduras militares ocorreu em 16 países do continente sul-americano ao longo da década de 1960, e evidenciou o alto preço exigido pelo governo norte-americano para estabelecer sua zona de influência em detrimento do fantasma do comunismo.

Propagando o discurso de austeridade fiscal, a Aliança cooptava as forças de oposição custeando arroubos populistas e projetos incompatíveis com as necessidades diagnosticadas nas propostas de desenvolvimento imbricadas na mediação do governo com as classes populares. O programa resultou num forte elemento de desestabilização do processo democrático enquanto agia sob o pretexto de fomentar ilhas de sanidade fiscal.

3. AS LIMITAÇÕES POLÍTICAS DO GOVERNO GOULART – DO EMBATE AO APOIO CRÍTICO

Neste capítulo analisaremos de que maneira as reivindicações populares mudaram o curso das ações políticas planejadas pelo governo, de modo a alterar os objetivos estipulados inicialmente no Plano Trienal. Nossa análise se estenderá sobre a correlação de forças existente na política institucional, resultando na emergência das reformas de base como alternativa derradeira ao problema do desenvolvimento nacional.

Assim, neste capítulo, iremos recompor a aproximação entre o governo e as forças progressistas de esquerda, trabalhadores, intelectuais e estudantes, com o intuito de compreender, além das divergências, como as aproximações entre ambos ocorreram. Para isso, traremos os fatos que impulsionaram a luta de classes no período e evidenciaremos de que maneira a sobrevivência das classes populares dependia de sua resistência.

3.1 O PLANO TRIENAL E A AUSTERIDADE ENQUANTO OBSTÁCULO AOS TRABALHADORES

Elaborado com a intenção de racionalizar a economia por meio da estabilização financeira exigida pelas regras do capitalismo em sua escala mundial, o Plano Trienal tinha, como meta principal, manter taxas de crescimento econômico em torno de 7% ao ano, com uma pequena elevação da renda per capita — de 323 dólares em 1962 para 363 em 1965 — ao mesmo tempo em que se empenharia em diminuir a inflação para menos de 10% anuais. Tudo isso ao longo de um período de três anos (1963 - 1965), sob a dependência de generosos empréstimos dos Estados Unidos e do Banco Mundial para concretizar tais metas (Brasil, 1962, p. 9; Furtado, 2014, p. 189).

O Plano Trienal previa consolidar ainda um aumento na produção econômica nacional, beneficiando a capacidade produtiva relacionada à fabricação de aço, tratores, automóveis, caminhões, além do necessário aumento da capacidade geradora de energia e na produção agrícola nacional, estruturada em torno dos latifúndios (Brasil, 1962, p. 9).

No que se refere à educação, o Plano trazia apontamentos preliminares envolvendo reformas profundas no setor e manifestava a necessidade da racionalização dos recursos públicos a favor do aumento de matrículas no ensino superior e da ampliação no tempo de formação do estudante em todos os níveis de educação (Brasil, 1962, p. 91). As metas do Plano Trienal estavam determinadas da seguinte maneira:

A) Reforma administrativa federal, visando otimizar a atuação de centros de decisão e execução do governo em suas atividades institucionais (Brasil, 1962, p. 189);

B) Reforma no setor bancário, que almejava redefinir a dinâmica de bancos públicos e intervir na atuação de bancos privados que se beneficiavam da legislação da década de 1920 (Brasil, 1962, p. 191);

C) Reforma fiscal, para reorganizar os fatores de produção financiados no mercado, superando o sistema de tributos concebido para uma economia semicolonial ao tornar a arrecadação e a distribuição mais equitativa através dos investimentos públicos (Brasil, 1962, p. 191);

D) Reforma agrária, de suma importância por poder conduzir a transformação de uma estrutura que ainda possui fortes traços de escravidão (Brasil, 1962, p. 140).

Ainda, segundo o Plano Trienal, essas mudanças deveriam ser gerenciadas sob dois eixos. O primeiro, a racionalização da ação do governo, onde se destacavam as reformas administrativa e bancária, e o segundo, a eliminação de entraves institucionais à utilização dos fatores de produção, onde se destacam as reformas fiscal e, principalmente, a reforma agrária.

(Brasil, 1962, p. 189).

Enquanto processo continuado, o projeto apresentado no Plano Trienal tinha como princípio estabelecer condições institucionais e *administrativas* que possibilitassem iniciar as reformas de base para, então, aprofundá-las em novos processos sociais (Brasil, 1962, p. 16).

Definidas as transformações qualitativas que incidiriam sobre processos econômicos colocados em transição, o que se almejava era uma nova hierarquização dos problemas que afetavam as estruturas do país por meio de medidas que visavam maior racionalização das ações governamentais.

Entre os objetivos do Plano Trienal estava a urgência do governo em “intensificar substancialmente” políticas no campo educacional e na pesquisa científica, estabelecendo duas finalidades: assegurar a “melhoria do homem como fator de desenvolvimento” e ampliar o acesso da população ao “progresso cultural” e aos seus resultados (Brasil, 1962, pp. 7-8).

Para gerar tal ritmo produtivo, seria necessário, a priori, um ajuste nas contas públicas através do corte de crédito e de subsídios para alguns produtos exportados, entre eles o trigo e o petróleo. Isso gerou aumento de impostos e reajuste no preço de tarifas e de serviços públicos em todo o país (Novos Rumos, nº 203, 1963a, p. 7).

Acometendo diretamente as classes populares, o Plano Trienal trazia ainda a indexação do aumento salarial às determinações inflacionárias e às variações percentuais do Produto Interno Bruto (Brasil, 1962, p. 7). Ou seja, o aumento salarial estaria condicionado ao aumento do PIB e da inflação.

Devido à compressão do salário das classes trabalhadoras, o aumento do custo de vida era imediato. Somente nos seis primeiros meses de 1963 a inflação no Rio de Janeiro já chegava a 31%, aumento considerável se comparado com o ano anterior, quando, dentro do mesmo período, a inflação fora de 18% (Skidmore, 1979, pp. 312-313).

O aumento no custo de vida que acometia os trabalhadores do país não era resolvido pela política anti-inflacionária forjada pelo governo Goulart, pois seu planejamento ignorava a inflação enquanto um problema irreparável devido às inflexibilidades provenientes das questões políticas de classe.

O aumento no salário-mínimo concedido aos trabalhadores no início de 1963, somado à concessão de crédito proveniente de bancos públicos (90 bilhões de Cr\$) para que empresas pudessem financiar o 13º salário, teriam desequilibrado os alicerces anti-inflacionários que regiam o Plano Trienal (Loureiro, 2012, p. 343 e 2010, p. 125).

Ampliando a inflação, outro aumento no valor dos produtos industrializados foi posto em prática pela burguesia industrial em fins de 1962, visando antecipar-se à elevação dos custos proveniente da alta dos salários a serem pagos no ano seguinte. Isso anulou parte do ganho salarial obtido com as reivindicações sindicais daquele ano, levando os trabalhadores a novas manifestações como questão de sobrevivência, dada a disparada inflacionária que rebaixava o valor pago pelo trabalho (Loureiro, 2010, pp. 122-123)

Segundo Loureiro (2010, p. 22 e 2011, p. 21), somado ao descontrole inflacionário, que minava a confiança dos investidores norte-americanos na capacidade do governo em cumprir as metas econômicas impostas, a ascensão do movimento popular e a manutenção de simpatizantes ao socialismo na direção dos maiores sindicatos do país e em escalões secundários do governo, eram fatores que impediam o avanço de acordos bilaterais com os Estados Unidos, pois evidenciavam a aproximação de Goulart com a causa dos trabalhadores.

Os acordos financeiros que o Brasil pleiteava junto aos norte-americanos foram, com isso, reavaliados. A recusa de Goulart em subverter sua influência junto ao movimento sindical em prol das ingerências estadunidenses, somada ao descontentamento com o Plano Trienal, por parte dos norte-americanos, termina reduzindo os empréstimos internacionais a uma única parcela imediata, de apenas 84 milhões de dólares, valor muito distante dos 1,1 bilhões almejados inicialmente (Loureiro, 2011, p. 17).

Percebemos que a maior contradição do Plano Trienal estava no fato de que, para concretizar as reformas nele esboçadas, era necessário, antes, equilibrar as demandas sociais das classes trabalhadoras, as ameaças golpistas das elites e a extorsão própria ao sistema

capitalista no plano internacional num só processo. O Plano, no entanto, parecia conseguir apenas estabilizar uma economia sustentada pela exclusão social e pela concentração de renda, pois pouco alterava as estruturas arcaicas que causavam tais mazelas.

A construção de uma economia que funcionava entre a escravidão e um modelo precariamente industrializante, orientado de forma exógena e dissociado das necessidades sociais do país, reproduz instituições determinadas a conservar os valores que sustentavam a recalcitrante ordem colonial. Dessa forma, a independência sociocultural e econômica do país era almejada através da ascensão de novos valores e instituições, superando as anteriores, que eram coloniais e tradicionalistas, reproduzidas pelas elites nacionais sob a égide da lógica imperialista.

3.2 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AO PLANO TRIENAL

Nesta parte da pesquisa buscaremos compreender a articulação em torno da campanha pelas reformas de base e a dinâmica das classes populares que a reivindicavam em detrimento do Plano Trienal.

Os sucessos que o governo obteve nas eleições de 1962, com o aumento do número de deputados na base governista e a vitória esmagadora do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, fortaleceram as pautas dos grupos populares de esquerda em torno das reformas de base. Exemplo disso encontra-se na análise de conjuntura apresentada na primeira página da revista *Novos Rumos*, de fevereiro de 1963:

O que resta, pois, é cumprir a vontade de nosso povo. E isso significa programar, sem delongas, e de maneira concreta, a realização das reformas de base e, para assegurá-la, constituir um governo realmente identificado com as aspirações nacionalistas e progressistas do povo, isto é, com a resolução das urnas. Esse é o caminho que se abre diante do Senhor Goulart (*Novos Rumos*, 1963c, Ed. 204, p. 2).

Unificados em torno da promulgação das reformas de base, os movimentos populares aglutinavam-se na Frente de Mobilização Popular. Esse movimento, nacionalista e reformista, apoiava criticamente o governo de João Goulart ao cobrar o andamento das reformas de base além da pressão política institucional, isto é, por meio de manifestações, indicativos de greve e ações sociais em portas de fábricas, universidades e no campo, visando a conscientização dos

trabalhadores.

Na composição da Frente, tínhamos desde congressistas de esquerda – que juntos formavam a Frente Nacional Parlamentar no legislativo – a oficiais das Forças Armadas, insatisfeitos com as limitações impostas aos militares postulantes a cargos eletivos.

No centro da ação política, entretanto, estavam os seguintes grupos organizados na sociedade civil: o Movimento Estudantil, preponderantemente representado pela União Nacional dos Estudantes, força política considerável nos centros urbanos; as Ligas Camponesas, organizações de trabalhadores rurais que reivindicavam reforma agrária ampla e direitos trabalhistas no campo; e principalmente o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que exercia forte influência sobre os maiores sindicatos do país ao concentrar em sua composição três confederações nacionais de trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), com 1 milhão de membros e 55 Federações, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec), com 40 mil membros e a Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), com 130 mil membros, além de federações, sindicatos e organizações paralelas, com destaque para o Pacto de Unidade e Ação (PUA) com meio milhão de afiliados (Ferreira, 2013; Loureiro, 2010, p. 135). Apesar da ilegalidade política a que estava condenado o comunismo no Brasil, a influência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) na Frente era significativa, uma vez que o partido era corrente hegemônica nos sindicatos do país no início dos anos 1960.

Por estar associado aos ditames da economia externa e por não tocar nas estruturas agrárias em voga, o Plano Trienal se estabelecia mais como “compromisso de conciliação com o latifúndio e com o imperialismo” do que como resposta ao plebiscito que garantia poderes presidenciais a Goulart. Essa era a posição expressa por Luiz Carlos Prestes em entrevista ao periódico *Novos Rumos*. Segundo ele, o problema estaria nos princípios do Plano Trienal:

O plano não enfrenta as causas estruturais da inflação. Nenhuma medida concreta propõe contra a espoliação imperialista, não cogita de restringir a remessa de lucros, nem estabelece o controle do câmbio pelo Estado. Nada contém no sentido de reduzir as escandalosas subvenções ao setor cafeeiro ou de propor transformações profundas na estrutura agrária. Segundo o Plano, o combate à inflação seria travado apenas através de medidas de caráter monetária e financeira, muitas delas indicadas pelo fundo monetária internacional – diminuição das despesas públicas, aumento de impostos indiretos, corte dos subsídios ao consumo, aumento das tarifas de serviços públicos, subvenções as exportações. O plano é, assim, uma tentativa da burguesia ligada aos interesses nacionais para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário – exportador (*Novos Rumos*, 1963, Ed. 206, p. 3).

Na edição seguinte da publicação, as críticas ao Plano Trienal foram no mesmo sentido, desta vez sustentadas por Jacob Gorender que, assim como Prestes, analisava as inconstâncias e inconsistências da conciliação promovida com o plano.

Entre os fatores que impediam a organização em torno das reformas de base, estaria a ausência de políticas de imposto progressivo sobre o lucro das multinacionais que produziam no país, o que ignorava um dos principais eixos da vitória do plebiscito presidencial: a luta contra a dinâmica capitalista imposta pelo imperialismo⁴.

Embora previsse metas para o desenvolvimento econômico nacional, o alto custo imposto pelo Plano Trienal foi amplamente questionado pelas forças populares através de greves em todo o país. Imbuídos do compromisso de ampliar as conquistas adquiridas naquele instante histórico e buscando superar as derrotas impostas no âmbito da política institucional – como a cassação do PCB – as esquerdas que se aglutinavam na Frente de Mobilização Popular se manifestavam contrariamente à política econômica do Plano Trienal em seu lançamento (Bandeira, 1978, pp. 98-99).

Para as forças populares, o Plano Trienal tornava o trabalho refém do capital de forma incoerente com o tom da campanha reproduzido para o plebiscito presidencial. Exemplo evidente foi o aumento imediato do custo de vida levado a cabo em 1963. É o que vemos no manifesto do CGT publicado na revista *Novos Rumos* e replicado em diversos jornais do país.

Os novos níveis de salário-mínimo estabelecidos em dezembro para vigorar em janeiro, já insuficientes, perderam grande parte de seu valor em face da carestia desenfreada que presenciamos e dentro de alguns meses estarão completamente anulados. Ao mesmo tempo os salários dos profissionais estão sendo nivelados ao mínimo. Está é a primeira consequência da aplicação do Plano Trienal, com o qual se pretende, mais uma vez descarregar o peso da crise nas costas do povo. Os trabalhadores sempre lutaram pelo desenvolvimento econômico do país e por medidas de combate à inflação, mas não podem concordar com a política financeira que impõe maiores sacrifícios as massas consumidoras. E deixam intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultuosas subvenções aos latifundiários e exportadores de café, as grandes rendas dadas grupos econômicos poderosos. São estes setores privilegiados os verdadeiros responsáveis pela inflação. Foram eles que obtiveram com a inflação lucros incalculáveis. Eles é que devem pagar agora o custo da política antinflacionário, e não os trabalhadores, que sempre foram as grandes vítimas da inflação (*Novos Rumos*, 1963, Ed. 206, p. 7).

No manifesto fica exposta toda a tensão existente entre o governo, que se proclamava como representante das massas trabalhadoras, e a maior central de trabalhadores do país. Sua crítica ao Plano era baseada no fato dele limitar o poder de compra do povo e não a margem de lucros administrada pelas elites, o que punia os trabalhadores, aqueles que sempre clamaram por medidas contra a inflação.

A luta das classes populares tinha dois objetivos principais: de imediato, era necessário “mais do que nunca, defender o valor real do salário, lutando por novos reajustes e

⁴ Ver Jacob Gorender In *Novos Rumos*. Ed. 206, 1963, p. 4.

pela melhoria imediata das nossas condições de vida”; já a longo prazo, almejava-se a “superação das condições que mantinham o latifúndio e a influência imperialista” (Bandeira, 1978, pp. 98-99).

Para que possamos entender proporcionalmente o aumento do custo de vida e a urgência que os trabalhadores tinham para revertê-lo, podemos citar Evaldo Vieira, que em seu livro “Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel” assim resume a inflação relacionada ao período:

Veja-se, por exemplo, o custo de vida no Rio de Janeiro. Tomando-se o ano de 1953 como base igual a 100, verifica-se que em 1961 o índice tinha chegado a 383, subindo a 2889 em 1964. De fato, o custo de vida gradativamente se elevou naquela cidade. Ele apresentou a variação de 33,3% (em 1961), de 51,6% (em 1962) e de 70,4% (em 1963) (Vieira, 1994, p. 160).

Esse aumento constante do custo de vida, somado à desvalorização do trabalho e às barreiras impostas pelo jogo político-institucional, impulsionava a luta das classes populares às ruas, local onde se expressava toda a insatisfação com a mediação proposta pelo governo Goulart — ao contrário da oposição golpista da direita, que terminou por levar as diferenças aos quartéis.

Conforme o desenvolvimentismo do governo caía nas contradições do sistema capitalista com suas políticas danosas aos trabalhadores, e sendo contido pelo conservadorismo imanente à política institucional, as classes trabalhadoras reivindicavam reformas no sentido de superar a restrita democracia, visando, assim, a libertação não só das condições coloniais ainda presentes, mas das imposições do capitalismo que a mantinham.

3.3 APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS DO GOVERNO COM AS FORÇAS POPULARES

Nesta parte da pesquisa iremos investigar de que maneira ocorre a aproximação do governo com as esquerdas populares no sentido das reformas de base. Buscamos com essa seção dimensionar o desenvolvimento da luta de classes e de que maneira as forças populares e Goulart convergiram em prol das reformas de base.

O movimento do governo para se aproximar dos setores populares e nacionalistas visando conter a sanha golpista começa com a quebra do monopólio das empresas estrangeiras no setor de mineração e petróleo. Segundo Bandeira, a regulamentação da atuação de multinacionais no setor de mineração, o tabelamento de seus produtos derivados do petróleo, a concessão exclusiva do monopólio das exportações petrolíferas à Petrobras e, posteriormente,

o anúncio da estatização de refinarias estrangeiras, foram medidas que visavam mostrar certa autonomia política do governo (Bandeira, 1978, p. 149).

Como parte das ações políticas contra a espoliação do capital internacional, o governo também passou a combater a evasão de divisas promovida pela atividade da indústria farmacêutica estrangeira. As matrizes internacionais abasteciam os insumos necessários às atividades de suas filiais no Brasil superfaturando o valor da matéria prima importada ao país, agregando, no valor de compra do produto, um sobrepreço que escondia, na verdade, vultosas emissões de lucros ao exterior sem o pagamento dos devidos impostos (Bandeira, 1978, pp. 111-112).

Era previsto também uma aplicação mais rígida na Lei de remessas de lucros, que disciplinava a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, gerando assim protestos de empresas e governos estrangeiros.

Ainda que não fizesse frente às ações antidemocráticas próprias ao imperialismo atuante no país, essas medidas de cunho nacionalista incidiam sobre preceitos econômicos caros à relação estabelecida com o capitalismo internacional. Politicamente, entretanto, Goulart finalmente fortalecia seu nome entre as esquerdas ao mesmo tempo em que utilizava esse prestígio para mediar o ritmo de discussão das reformas de base (Bandeira, 1978, p. 113).

O apoio às classes populares é ratificado no fim do ano de 1963, quando o governo acena aos trabalhadores da indústria durante a Greve dos 700 mil, paralisação que ocorre a partir da cidade de São Paulo e que se alastra por algumas cidades do interior paulista. Entre outras reivindicações emergenciais, o movimento requeria que os dissídios fossem discutidos por uma confederação composta por representantes de diversas profissões de um mesmo ramo. Com isso os aumentos salariais entre esses profissionais não seriam mais discrepantes, pois passariam a ser discutidos coletivamente. A luta era para que a autonomia dos trabalhadores fosse conquistada em conjunto.

Embora a greve tenha perdido força com as artimanhas da burguesia junto à justiça do trabalho, o movimento ressoou como uma ameaça à burguesia, pois a união entre trabalhadores de diferentes ramos da indústria resultou na paralisação de 90% e 60% da produção dos setores de metalurgia e têxteis, respectivamente, por quatro dias (Correa, 2008).

A suspensão das possibilidades de conciliação política junto às burguesias repercutia como um avanço às classes trabalhadoras. No entanto, todo o progresso das forças populares representava mais instabilidade a Goulart na medida em que sua mediação política ocorria sob a orientação dos padrões socioeconômicos impostos pelas burguesias nacionais e

pelo capital estrangeiro, enquanto a movimentação popular visava superá-los por intermédio das reformas de base.

A política de estabilização social que ruía com o fracasso econômico do Plano Trienal tem seu ponto de inflexão definitivo em 19 de dezembro de 1963, com a queda de Carvalho Pinto, ministro de Fazenda, ex-governador de São Paulo e futuro entusiasta do golpe. Concomitantemente, declarações de Goulart na imprensa já evidenciavam o rumo que o governo tomaria na campanha para as reformas de base a ocorrer em 1964. Entoando o discurso das esquerdas populares, já no fim de novembro, o presidente evidenciava os principais desafios futuros:

Devemos assumir uma posição corajosa no plano de nossas relações internacionais e em face dos latifúndios nacionais. Só uma política cambial nacionalista e uma reforma agrária serão medidas capazes de evitar que as nossas recentes vitórias, no campo do desenvolvimento, sejam dissipadas de maneiras que certamente nos arrastará ao caos inevitável [...]. A velha máquina estatal que nos foi legada montou-se com o simples objetivo de despachar processos burocráticos. A crise na estrutura governamental é conhecida e já há anos vem sendo objeto de estudos e interpretações, com o propósito de saná-la, dotando os instrumentos do poder dos meios que lhe são indispensáveis na vida moderna, para promover o efetivo bem-estar da população (Revista Manchete, 1963, Ed. 606, p. 14).

A aliança entre o governo e as esquerdas teria o objetivo de pressionar o congresso, através da força das ruas, a votar com urgência os tópicos relacionados às reformas. Essa aliança, no entanto, era condenada pelos setores reacionários e por grande parte da imprensa do país por temerem o que a união programática entre o governo e as forças populares poderia gerar. Sua ratificação representaria, na concepção golpista, fator determinante e justificativa ideal para a derrubada de Goulart.

3.4 O MANIFESTO PELA MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL CONTRA O ATRASO

Neste momento iremos trazer o debate que envolve a modernização do sistema público de educação a partir do diagnóstico apontado por sociólogos, pedagogos e educadores signatários do manifesto “Mais Uma Vez Convocados” (1960).

A dinâmica industrializante que invadia todos os princípios da vida social levava obrigatoriamente à reorganização do sistema educacional do país. Nesse momento da história, a Constituição vigente previa que fossem deliberadas diretrizes regulamentadoras para a educação nacional em todos os níveis (Brasil, 1946, Art. 5º, § XV). Isso deveria ocorrer com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que viria a ser concretizada somente em 1961, devido ao embate entre diferentes forças que representavam espectros opostos em relação à educação.

Em torno da hegemonia necessária à construção de um projeto educacional que cumprisse o que estava estipulado na Constituição, eram construídas alianças e ações políticas envolvendo ideologias opostas. Assim, o governo Goulart tinha ao seu lado, num apoio cada vez mais crítico e organizado, forças populares como a União Nacional dos Estudantes e intelectuais que intensamente atuavam através da máquina pública; já a oposição conservadora contava não só com o apoio da igreja, mas de uma bem estruturada iniciativa privada que encontrava no congresso a representação política de seus ideais reacionários.

O que setores conservadores deslumbravam era uma educação construída a partir de entidades particulares, sendo o papel do Estado apenas secundário. Dessa forma, o financiamento estudantil aos mais pobres deveria ocorrer somente por meio de bolsas de estudo a serem bancadas pelo governo, sob o pretexto de promover uma escola democrática que pudesse ser construída visando a liberdade de escolha irrestrita dos pais (Montalvão, 2010, p. 33).

O debate político envolvendo a elaboração da LDB foi interdito devido às amarras ideológicas perpetradas pela direita golpista, representada por figuras políticas como Gustavo Capanema e Carlos Lacerda, respectivamente, ex-ministro de Vargas e o principal nome da direita brasileira, notório golpista. Em diferentes momentos da história, enquanto integrantes do legislativo, esses congressistas foram os representantes do autoritarismo e do mercantilismo que envolviam a dinâmica educacional na qual o país também estava inerte.

A oposição a esse viés conservador relacionado à educação não era encontrada nos primeiros escalões dos governos que antecederam Goulart. O movimento de oposição mais organizado, na verdade, partia principalmente de intelectuais militantes pela causa da educação pública. Apesar de posições ideológicas diversas no campo considerado progressista (contendo de liberais a socialistas), o grupo encontrou, na campanha pela educação pública, um ponto de convergência em comum, reivindicando, através do manifesto “Mais Uma Vez Convocados”, uma nova escola pública para um novo país.

Em primeiro de julho de 1959 o manifesto foi publicado em jornais de todo o país e deixava clara a intenção de promover uma ampla campanha a favor da escola pública através da modernização das funções do Estado brasileiro.

Entre os signatários estavam professores universitários, pesquisadores educacionais, cientistas sociais e intelectuais que integravam órgãos do governo relacionados à educação. Todos reivindicavam que a educação deveria ser ofertada de forma obrigatória, universal e gratuita em todos os níveis, assegurando, dessa maneira, o desenvolvimento pleno

“das capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas” da criança, do adolescente e do jovem (Azevedo *et al*, 1960, p. 215).

As discussões em pauta reivindicavam um sistema educacional que deveria ser colocado em favor do processo civilizatório em voga, ou seja, do desenvolvimento de base capitalista e industrial. Na visão dos intelectuais signatários do manifesto, essa dinâmica, entretanto, deveria ser convertida nacionalmente, levando em conta os problemas sociais do país, como acompanhamos no seguinte trecho:

A revolução industrial, de base científica e tecnológica que se expande por toda a parte, em graus variáveis de intensidade; as reivindicações econômicas ou a ascensão progressiva das massas e a luta para melhorar suas condições de vida (pois a riqueza está evidentemente mal distribuída e, como tantas vezes já se lembrou, "não devemos pensar que podemos impunemente continuar a enriquecer enquanto o resto da população empobrece"); e, finalmente, a expansão do nacionalismo pelo mundo inteiro, são fatos sumamente importantes a que não nos arriscamos a fechar os olhos, e cujas repercussões, no plano educacional, se vão tornando cada vez mais largas e profundas. O nosso aparelhamento educacional terá também de submeter-se a essas influências para ajustar-se às novas condições, e só o Estado, pela amplitude de seus recursos e pela largueza de seu âmbito de ação, poderá fazer frente a tais problemas e dar-lhe soluções adequadas, instituindo, mantendo e ampliando cada vez mais o sistema de ensino público e estimulando, por todos os meios, as iniciativas de entidades e particulares. A inteligência racional e o espírito e métodos científicos, que não obtiveram os seus primeiros e grandes triunfos senão no século XIX, denunciam a sua difusão, por igual, nas sociedades capitalistas e socialistas, pela aplicação crescente das novas técnicas em todos os domínios, pelas crises e rupturas de organização econômica e social que provocaram, modificando profundamente os modos de vida e os estilos de pensamento (Azevedo *et al.*, 1960, p. 216).

Os signatários do manifesto defendiam também que, ao invés de um sistema centralizado e autoritário, era necessário reivindicar uma liberdade federativa que resguardasse a autonomia de cada Estado na construção de seus respectivos sistemas educacionais (Azevedo *et al*, 1960, p. 213), o que deveria ocorrer graças ao fortalecimento e à diversificação do sistema público de educação nos moldes do pacto federativo que a democracia de então permitia.

O fortalecimento da escola pública encontrava nos 143 signatários do manifesto uma defesa aberta da modernização do sistema educacional do país, tendo, no Estado, seu principal provedor, uma vez que a completa liberdade de ensino, como desejado pelas direitas, levaria a

“anarquia e a desordem à educação” (Azevedo *et al*, 1960, p. 212). Como demonstração de seu espírito conciliador, entretanto, o manifesto dos educadores era bastante complacente quanto à atuação da iniciativa privada, cabendo ao Estado fazer somente sua regulamentação, mas não impedir seu funcionamento.

A luta pela educação era edificada em torno do confronto de ideias e medidas a serem institucionalizadas. Não se planejava romper com a lógica do capitalismo e nem se instrumentalizou a educação para isso. Pelo contrário, a intenção dos intelectuais envolvidos na campanha pela valorização da escola pública passava pelo fortalecimento do Estado moderno e da construção de uma educação “liberal e democrática” (Azevedo *et al*, 1960, p. 212).

Como afirmava o manifesto de 1959, a educação pública deveria ser institucionalizada no sentido de firmar-se enquanto uma “educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem à base da civilização industrial (Azevedo *et al*, 1960, p. 215). Defendia-se, com isso, que o amadurecimento da consciência nacional e das instituições democráticas pudesse ser assimilado e desenvolvido pela “nação”, através da educação disponível na escola pública.

Embora tenha alcançado jornais, programas de rádios e instituições de ensino superior, o debate sobre a educação não pôde ser aprofundado para além da dicotomia entre público e privado. Assim, discussões orçamentárias, atribuições governamentais, os limites de ação do poder público e a liberdade a ser concedida à iniciativa privada, foram os temas que mais estiveram no centro dos debates envolvendo a LDB. Sua regulamentação, no entanto, pouco alterou a estrutura educacional do país. Não correspondendo à expectativa de nenhum dos lados em disputa, a conciliação política reduzia a LDB à mera institucionalização do *status quo* (Saviani, 1987, pp. 63-64).

3.5 O APOIO CRÍTICO AO PROJETO GOVERNAMENTAL: A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Ascendendo entre as classes populares como parte da pressão das ruas que reivindicavam as reformas de base, a força do movimento estudantil, quem os integrava e a luta por uma reforma universitária devem ser mensurados nesta seção da pesquisa para que possamos compreender como a União Nacional dos Estudantes (UNE) conseguiu ser mais organizada e propositiva na medida em que a luta de classes no país se delineou em torno das reformas de base (Sanfelice, 2008, p. 57).

O apoio crítico que as forças populares ofereciam ao governo Goulart em prol das reformas de base era compartilhado pelo movimento estudantil através da UNE, que reivindicava uma reforma universitária legitimamente popular, extramuros, isto é, além de transformações meramente institucionais (Sanfelice, 2008, p. 33).

Os questionamentos da UNE acerca da estrutura universitária resultavam do novo perfil de discentes presentes no ensino superior. Se, no começo do século XX, os alunos do ensino superior eram herdeiros, filhos de latifundiários ou remanescentes das elites coloniais, com as mudanças socioeconômicas — que ganharam forma após o declínio da fazenda enquanto núcleo da economia — um novo perfil de aluno passou a ingressar no ensino superior.

Ainda que privilegiados, dado o fato de representarem 1,7 % dos alunos em idade escolar, os discentes que frequentavam as instituições de ensino superior na década de 1960 não são os mesmos filhos de aristocratas do século XIX. Na verdade, eles eram filhos das classes urbanas integradas, ainda que precariamente, ao desenvolvimento do capitalismo industrial nas cidades (Cunha, 2007b, p. 57).

A alteração do perfil socioeconômico dos alunos também se refletiu na direção do movimento estudantil. Durante o começo da década de 1950, a UNE esteve ligada a grupos de direita e conservadores, como a União Democrática Nacional (UDN). Durante esse período, suas posições políticas evidenciavam caráter ambíguo e disperso. Até então, as principais reivindicações do movimento se concentravam no preço da tarifa do transporte público, no boicote a empresas estrangeiras que ameaçavam a economia do país e em protestos de cunho nacionalista, mas pouco articulados entre si (Fávero, 2009, Anexo III, p. 244).

No ano de 1957, uma aliança de grupos de esquerda e católicos progressistas assumiu a direção da UNE, impelindo-a a um novo sentido. Esta mudança de rumo no movimento estudantil contribuiu consideravelmente às campanhas pela reforma universitária (Cunha, 2007b, p. 56).

A mudança de postura política e social do movimento é demonstrada nacionalmente a partir do fim da década de 1950 e começo da década de 1960, quando as demandas presentes nas reivindicações da UNE nos evidenciam o processo de tomada de consciência social, na qual os estudantes estavam imbuídos.

O posicionamento da UNE sobre a reforma universitária foi exposto, principalmente, através de debates e seminários estudantis de grande repercussão nacional. Já no ano em que inicia, a direção esquerdista do movimento estudantil conseguiu organizar o I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, promovido em 1957 no Rio de Janeiro, apresentando a mudança política que a UNE adotou até ser desmantelada pelo golpe civil militar.

O I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado em 1961, na cidade de Salvador, foi o primeiro a tratar exclusivamente do tema. Na ocasião, são apresentadas duas

principais reivindicações por parte do movimento estudantil: I) a promoção de um novo desenvolvimento, reestruturado socioeconomicamente por meio de reformas que abrissem caminho para, até mesmo, socializar setores da economia; e II) o acesso da classe trabalhadora, urbana e rural às conquistas oferecidas pelas reformas, tais como o direito ao voto irrestrito, uma Lei de Diretrizes e Bases que atendesse a erradicação do analfabetismo e a ampliação das verbas da educação pública (Fávero, 2009, p. 180).

Apesar de delongar-se por três temas centrais — a realidade social do país, a universidade brasileira e a reforma universitária necessária — o seminário ainda não trazia uma discussão profunda sobre a intersecção entre a universidade e a sociedade de forma mais direta, mas apontava medidas pontuais e fazia uma análise conjuntural relevante das ameaças à democracia oriundas dos setores golpistas, e também da importância de políticas justas aos trabalhadores (Sanfelice, 2008, p. 39).

O manifesto que sintetizava o balanço das discussões do seminário, chamado de Declaração da Bahia, conseguiu potencializar a crítica à estrutura universitária a nível nacional e se estendeu sobre outros temas relacionados à classe trabalhadora, o que, segundo Sanfelice, evidenciava a unidade do grupo em volta de uma mesma visão política. Essa coesão prossegue no ano seguinte, 1962, com o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em março na cidade de Curitiba (Sanfelice, 2008, p. 47).

Nessa ocasião, a crítica do movimento estudantil foi centrada nas diferentes estruturas de dominação, atuantes em nível nacional, regional e cultural, as quais incidiam sobre as universidades brasileiras como um todo (Fávero, 2009, p. 184). Tal padrão imobilizava as instituições isoladas e lhes determinava os sentidos de sua autonomia, gerando contradições insanáveis à dinâmica universitária. Era denunciado também o distanciamento entre as aspirações populares e a dinâmica das estruturas universitárias. Nesses termos, uma das principais reivindicações do movimento estudantil, presente em ambos os seminários, foi o aumento da representação política dos estudantes nos conselhos universitários (Fávero, 2009, p. 193).

Na crítica do movimento estudantil, o desenvolvimento que o governo planejava através das reformas deveria ser construído com base nas necessidades e nas realizações das forças populares, evitando, assim, que o tecnicismo que rondava a modernização imanente ao modo de produção capitalista fosse utilizado contra os trabalhadores (Fávero, 2009, p. 176).

Assim, para conter o aparelhamento da universidade e sua servidão a causas privatistas, a tática do movimento estudantil, registrada na Carta de Curitiba, era reclamar, aos

discentes, poder de voto para interferir nos rumos da universidade, integrando conselhos universitários e órgãos colegiados de forma igualitária em relação às velhas forças que integravam tais corpos diretivos (Fávero, 2009, p. 59). A proposta do movimento estudantil era dividir os conselhos da seguinte forma: um terço de estudantes, um terço de professores e um terço de professores recém-empossados.

Essas reivindicações evidenciavam a evolução da organização tática do movimento estudantil. Deixava-se claro que a reforma universitária deveria ser desenvolvida com base na voz dos alunos, fortalecendo institucionalmente o poder de participação dos discentes na burocracia regimentar e, a partir dessas bases, criar condições para estender a universidade aos excluídos por ela.

No entanto, sob alegação de que cumpria a lei constitucional que regia a autonomia universitária (Art. 78 lei^o 4.024, dezembro de 1961), as universidades forçaram a escolha da composição de seus próprios colegiados, o que pouco alterou o arranjo de poder dessas instituições, gerando até mesmo empecilhos para uma reforma estrutural progressista.

Ao não ter seu pedido de representação atendido, os estudantes decretaram greve nas universidades de todo o país. A adesão a nível nacional chegou a manter-se sólida por mais de dois meses. No entanto, em meio às constantes ameaças de golpe de Estado, por parte da direita antidemocrática, o movimento estudantil arrefece e abandona a estratégia grevista que ocupava as IES em agosto de 1962 (Fávero, 2009, p. 59).

Apesar da derrota, a luta estudantil tomava forma também fora das universidades. Ao lado dos trabalhadores e dos camponeses, a UNE se alinhava gradativamente às causas populares, seja no apoio às propostas progressistas junto ao governo, ou promovendo diferentes atividades sociais que, apesar de ocorrerem de maneira embrionária, eram de grande impacto sociocultural, a ponto de serem encaradas como subversivas pelas forças militares⁵.

Exemplo disso são os Centro Populares de Cultura, que promoviam um trabalho de conscientização de classe a partir de diversas formas de arte e educação informal. Suas

⁵ Em entrevista, Paulo Freire descreve brevemente as tensões daquele instante histórico: Em encontro com o General Castelo Branco, o travado, eu acho que o senhor defende uma pedagogia sem hierarquia). A resposta do educador nos ilustra uma visão próxima da ação política evidenciada pelo movimento estudantil, “Não. O senhor está equivocado. Eu defendo valores e os valores estabelecem hierarquias. O que eu acho é que a hierarquia que está aí montada e estabelecendo princípios, para nós, está precisando mudar”. (Entrevista Paulo Freire, 1990). Disponível em: Acessado em 10/11/2022. <https://www.youtube.com/watch?v=KRfSfieGpCU>. Acesso em: 10 nov. 2022.

atividades culturais tinham a finalidade de consolidar uma consciência nacionalista e crítica junto às massas estudantis e trabalhadoras.

Em 1963, o III Congresso da Reforma Universitária, realizado em Belo Horizonte, é mais centrado na universidade enquanto problema e nos obstáculos principais à reforma, evitando dispersar por outros temas sociais (Veiga, 1982, p. 39).

Na análise produzida pelo movimento estudantil, os principais problemas da estrutura universitária estariam contidos principalmente na Constituição de 1946 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1962 (Fávero, 2009, Anexo III, p. 263). A primeira estipulava a vitaliciedade da cátedra nas escolas superiores, e a segunda permitia fortalecer o ensino privado em detrimento do ensino público ao consentir com o financiamento de instituições religiosas e conglomerados privatistas.

Através de um projeto de emenda constitucional e de medidas substitutivas à LDB, a UNE propôs o fim da cátedra vitalícia e criação do sistema departamental concomitantemente à incorporação dos catedráticos aos departamentos criados. Nesse sentido, a gradual extinção do vestibular, além de novas diretrizes e critérios para um financiamento mais completo da estrutura universitária e de órgãos independentes, são problemas apontados como mais imediatos (Veiga, 1982, p. 265).

O movimento estudantil denunciava que a estrutura universitária falhava com o aluno de todas as formas possíveis, do acesso injusto através do vestibular ao conhecimento reproduzido, considerado arcaico para os objetivos promulgados pelos progressistas, passando pela reprodução cultural e profissional dissociada das classes populares e ainda sob a órbita de uma classe social elitista e conservadora. Assim, a formação do aluno era distante de suas expectativas de futuro para ser mais próxima da contemplação do passado tradicionalista, imposto pelas elites do país.

Para os adeptos da reforma, não se tratava de mudar a forma de ensinar, era preciso rever o conteúdo produzido na universidade. Por isso, defendia-se seu “reconteúdo”, ou seja, substituir todo teor classista em torno do currículo e da estrutura, que prezava pela manutenção de cursos de cunho liberal, pelo conhecimento científico necessário à superação das necessidades mais presentes na realidade dos trabalhadores (Pinto, 1994, p. 80).

Na análise do deputado e filósofo Álvaro Vieira Pinto, muito próximo de lideranças da UNE, o conhecimento proveniente da cultura popular deveria ser integrado à universidade; assim, seria oferecido às classes populares condições de pensar cientificamente a formação da cultura nacional e sua dinâmica social (Pinto, 1994, p. 40). Ou seja, para se construir uma

ideologia nacional que superasse o subdesenvolvimento e rompesse com a recalcitrante universidade aristocrática, era necessário atrelar conhecimento popular e científico, a ser germinado num movimento de vanguarda revolucionário:

É neste sentido que se estabelece no presente momento o problema da reforma da universidade: trata-se de transformá-la não na superfície, não na superestrutura pedagógica, no cerimonial didático, nas qualificações jurídicas, no enriquecimento de recursos financeiros, no aprimoramento das instalações materiais levadas às vezes à suntuosidade, pois tudo isto, agora se compreende, por mais útil que seja, como secundário. Trata-se de transformá-la na essência, isto é, de fazê-la deixar de ser um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-a por outra humana e livre (Pinto, 1986, p. 15).

A construção desse novo padrão de universidade seria concomitante à abertura das IES aos trabalhadores, através de cursos de extensão onde se promoveria o estudo dos problemas e das mazelas sociais existentes (Fávero, 2009, Anexo III, p. 203).

Ao negar construir conhecimento sobre a realidade social do país, não produzindo pesquisa, nem formando alunos segundo as necessidades do desenvolvimento almejado, a dinâmica da estrutura universitária conservava tradições de cunho colonial em detrimento do real papel da universidade, que, segundo a UNE, também deveria ser o de instrumento de elaboração de uma cultura nacional a criar condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência indispensável ao desenvolvimento do país (Fávero, 2009, p. 184).

Na análise da União Nacional dos Estudantes, aquele momento era derradeiro, “ou infligia-se derrotas ao imperialismo e ao latifúndio, ou a crise se aprofundará”, bradava o movimento estudantil da época e relembra Sanfelice (2008, p. 34). Infelizmente, a crise se aprofundou muito mais do que qualquer um imaginaria e a UNE foi o último bastião de defesa das reformas até ser fechada em 1968.

A força do movimento estudantil foi contida na razia promovida pelo golpe civil militar. A perseguição às ideias progressistas frustrou a concepção da reforma universitária a ser erigida, bem como reverteu a tentativa de mediar o desenvolvimento do capitalismo sob bases nacionais paralelamente à ascensão dos trabalhadores na vida política do país.

4.0 DAS REFORMAS DE BASE À REFORMA UNIVERSITÁRIA: LIMITES E DESAFIOS

Agora iremos esclarecer como as reformas de base foram apresentadas às forças populares de maneira definitiva, e quais eram as medidas delineadas em seus tópicos, chegando, por fim, na análise da reforma universitária enquanto peça fundamental ao desenvolvimento promulgado.

Dimensionaremos o problema da reforma universitária analisando de que maneira o projeto se contrapõe às necessidades sociais diagnosticadas pelo governo. Para isso, faremos uma investigação sobre como o ensino superior se constitui historicamente no país e os desafios evidenciados na exclusão social e no elitismo existente desde suas origens.

Também é parte de nossa investigação neste capítulo analisar de que maneira o projeto de reforma universitária se estrutura e se contrapõe às necessidades diagnosticadas na realidade social. Assim, o desenvolvimento do projeto reformista referente à universidade, as realizações governamentais pertinentes ao tema e as implicações desse momento histórico serão analisados ao longo deste capítulo, tendo, como intuito, desvelar de que maneira a reforma universitária se sustentava para além do discurso de seus apoiadores.

4.1 AS REFORMAS DE BASE ANUNCIADAS AOS TRABALHADORES

A aproximação entre as classes populares e Goulart tem seu ponto de inflexão em 13 de março de 1964, em frente à estação de trem Central do Brasil, no Rio de Janeiro, às 17 horas e 30 minutos da tarde. Neste local, cerca de duzentas mil pessoas compareceram ao “Monumental Comício das Reformas com Jango”, como fora anunciado efusivamente pelo rádio.⁶

Até o fim da noite daquela sexta-feira, além de lideranças populares como Affonso Delellis, presidente do sindicato dos metalúrgicos da Guanabara, e José Serra, presidente da

União Nacional dos Estudantes, outras figuras importantes da esquerda também falaram ao público. Darcy Ribeiro, Miguel Arraes e Leonel Brizola foram algumas das lideranças que discursaram antes de João Goulart tomar a atenção da multidão por uma hora.

⁶ O vídeo encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZFJEfiU25AY> e foi consultado em 13/01/23.

Logo no início do discurso, João Goulart classifica sua fala como uma prestação de contas ao povo brasileiro e busca se legitimar como a expressão das mudanças requeridas pelos trabalhadores. Para isso, colocava o governo no papel de intérprete e condutor dos anseios populares ao estimular — e estipular — o ritmo das conquistas sociais frente à ordem burguesa, objetivando a “emancipação social do país” a ser impulsionada, e estimular o processo de democratização e modernização nacional (Goulart, 2010, p. 82).

Como resposta às acusações dos grupos conservadores, que monopolizavam os valores democráticos sob roupagem religiosa e excludente, Goulart falava em realizar reformas de base sustentadas em preceitos cristãos, conclamando que tais sentimentos fossem direcionados aos princípios da solidariedade e da dignidade do ser humano. Nessa medida, seria preciso entender a terra como um bem natural à vida humana, e o direito ao uso do que dela fosse gerado, deveria ser concedido a todos como parte do que é necessário à existência (Goulart, 2010, p. 81).

Durante o comício da Central do Brasil, a reforma agrária foi apresentada como “produto inadiável à necessidade dos povos de todo o mundo”. Ao citar como exemplo países que a concluíram de maneira exitosa (Japão, Itália, México e Índia), Goulart chamava a atenção para a universalidade da medida. Sua concretização era princípio fundamental à composição do Estado moderno e, por isso, esbarrava numa legislação cujos princípios eram fundamentalmente reacionários para as pretensões do governo: a Constituição de 1946.

Superar a exclusão histórica e integrar a grande camada de trabalhadores marginalizados pelo sistema capitalista na democracia real, segundo o governo, exigiria que as instituições do país se fundissem à “maioria do povo e que o corpo eleitoral, raiz da legitimidade de todos os mandatos, seja (*fosse*) a própria Nação” (Goulart, 2010, p. 86). Para isso, eram reivindicadas mudanças na Constituição:

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas. Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros (Brasil, Mensagem ao Congresso Nacional, 1964, p. 82).

O comício da Central do Brasil e a Mensagem ao Congresso Nacional não pregavam ou incitavam o socialismo, como anunciado constantemente por setores golpistas a

fim de municiar a imprensa e extratos sociais conservadores contra qualquer ação programática na linha das reformas.

Na contramão das mentiras mais comuns àquele (e ao nosso) tempo, o governo de João Goulart nada tinha de comunista, apenas mantinha posicionamentos políticos em que o conceito de justiça social era associado a ideais próprios da democracia liberal e do desenvolvimento econômico capitalista, conforme indicado na Carta das Nações Unidas:

O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos brasileiros já não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm se impacientam com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído também com o esforço dos trabalhadores e o sacrifício dos humildes. Vamos continuar lutando pela construção de novas usinas, pela abertura de novas estradas, pela implantação de mais fábricas, de novas escolas, de hospitais para o povo sofredor; mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma justa participação no desenvolvimento nacional (Goulart, 2010, p. 82).

A integração das massas camponesas e urbanas no desenvolvimento nacional era exigência necessária ao processo de democratização que o governo afirmava representar. Por isso, medidas promulgadas durante o comício da Central do Brasil, como o anúncio do decreto da Superintendência de Reforma Agrária ⁷, ou o congelamento de aluguéis residenciais⁸, serviriam somente para estancar parte do atraso imediato e apresentar o sentido das reformas de base às classes populares, pois elas seriam “o caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e da maturidade da nossa democracia” (Goulart, 2010, p. LI).

As reformas de bases foram equiparadas, pelo governo, a grandes feitos presentes na história brasileira como “a Independência do país, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Legislação Trabalhista” (Brasil, 1964, p. LX). Ao colocá-las em tal patamar e

⁷ No discurso de Goulart, percebe-se a centralidade da Reforma Agrária, “indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano”. A previsão era de que contados sessenta dias da assinatura do decreto SUPRA, os latifúndios começariam a ser divididos, considerando “de interesse social para efeito de desapropriação das terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União” (Goulart, 1964).

⁸ Agindo no sentido das reivindicações dos trabalhadores urbanos, o governo anuncia o congelamento dos aluguéis em decreto que viria a ser assinado no dia seguinte ao comício da Central do Brasil. O Decreto n° 53702 instituiu uma margem de valores possíveis de serem praticados pelos proprietários de imóveis: um cômodo definido como quarto não poderia custar mais do que um quinto do salário-mínimo. Já o conjunto quarto e cozinha ou quitinete poderiam ser estipulados em até dois quintos do salário; o limite a ser cobrado por uma habitação com sala, três quartos e serviço de empregados não poderiam passar de um salário-mínimo e meio.

aproximar-se das esquerdas populares, o governo Goulart atribui ao Congresso Nacional uma “responsabilidade histórica”, idealizada em torno de um sentido de “emancipação” inadiável. Em meio a um contexto de possibilidades e expectativas sociais crescentes por parte das classes populares, as reformas de base eram promulgadas como um canal de transformações indispensáveis à “sustentação do progresso material e cultural” (Brasil, 1964, p. 5).

Eram inúmeras as demandas sociais e vários os projetos que possibilitavam iniciar as reformas, assim como diversos seriam os empecilhos. O ritmo, a aplicação, a abrangência, as conexões e extensão das medidas colocadas em pauta pelas reformas de base, estavam ainda em aberto. Apesar dessas incertezas, em 15 de março de 1964, data em que a Mensagem ao Congresso Nacional de 1964 é enviada ao parlamento, as reformas de base estavam configuradas da seguinte maneira:

A) Reforma política. Necessária para superar as “normas discriminatórias” que envolviam oficiais das Forças Armadas, principalmente os não alfabetizados, cada um à sua maneira, mas ambos excluídos do processo político eleitoral (Brasil, 1964, p. LV).

B) Reforma agrária. Fundamental para aumentar o número de proprietários de terra de 2,5 milhões para 10 milhões, a partir de uma reestruturação do latifúndio que abrangesse uma faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias e ferrovias, e outras áreas beneficiadas por obras federais. (Brasil, 1964, p. XXXVII).

C) Reforma administrativa. Necessária na adaptação do aparelho governamental aos “novos níveis de complexidade da vida nacional” (p. 132), reconfigurando a atuação de órgãos e instituições para fazê-los trabalhar de forma mais integrada e sem os limites das estruturas anacrônicas, até então em voga (p. 132).

D) Reforma bancária. Esta tinha como principal finalidade a implantação de um órgão autônomo para a direção da política econômica e bancária, obtendo, com isso, maior força para lidar com os índices inflacionários, orientando-se pelas medidas necessárias ao impulso das forças de produção (p. XXXVII).

E) Reforma universitária, que, a priori, abolia as cátedras vitalícias e ampliava o número de matrículas dedicadas a alunos ingressantes nas universidades públicas. Julgava-se necessário, também, integrar as Instituições de Ensino Superior, que se multiplicavam ao longo do país sem nenhum propósito que as regulamentasse, com exceção aos das elites nacionais (p. LVI).

A reforma universitária era esboçada com o aporte de instituições ligadas ao Ministério da Educação e sob a influência de intelectuais atuantes na máquina pública que

tinham como objetivo uma nova integração entre a universidade e a sociedade. A compreensão das determinações da proposta de universidade que advém daí, e de que maneira ela era integrada à sociedade em meio à tensão de classes existente, é o que desenvolveremos a seguir.

4.2 QUE UNIVERSIDADE DEVERIA SER REFORMADA?

Nesta seção, iremos investigar qual universidade deveria ser reformada pelo governo Goulart, no que essa estrutura institucional consistia, qual sua dinâmica social, e a quais valores ela estava subordinada ao manter-se como uma instituição que se comprometia com a ordem que a originou e não com o desenvolvimento a ser empreendido pelo governo. Assim, nosso objetivo neste momento, então, é compreender a origem e a reprodução desse padrão de universidade existente no Brasil, nos levando a esclarecer por que a reforma universitária era necessária dentro da linha desenvolvimentista adotada pelo governo Goulart.

Desde as primeiras instituições de ensino superior no país, fundadas como consequência direta da vinda da família imperial portuguesa, em 1808, o ensino superior foi institucionalizado como um instrumento utilizado em prol da exploração social e da manutenção do poder, pois tinha como função preservar um saber personalista, de culto ao passado e, por isso, retrógrado, baseado numa cultura autoritária determinada por uma aristocracia de caráter medieval.

O ensino superior no Brasil colonial foi reduzido a instrumento “de distribuição de credenciais para cargos e profissões, e não tinha como objetivo produzir centros de estudos da cultura do brasileiro e das pesquisas para a descoberta e o avanço do conhecimento” (Teixeira, 1989, p. 118). As palavras de Anísio Teixeira nos indicam parte do caminho necessário à compreensão do processo que leva a universidade a esse descompasso com a realidade social diagnosticado com a reforma universitária. Não existia um sistema de ensino superior no Brasil, e o que havia em seu lugar correspondia a um conglomerado de instituições de ensino que pouco modificou sua atuação social desde que as primeiras instituições foram inauguradas no país.

Segundo Teixeira (1989, p. 19), a universidade brasileira surgiu a partir da unificação administrativa de três escolas profissionais superiores isoladas — Direito, Medicina e Engenharia — que, fora a regência do reitor, nada mais tinham em conjunto, a não ser o fato de serem escolas preocupadas em transmitir a cultura profissional compartilhada entre as elites, cultivadoras de um “saber culto” alheio às questões sociais do país.

O estabelecimento formal da primeira universidade no país, em 1920, pouco alterou o fato de que o ensino superior servia às classes burguesas e delas era resultado. Tanto o ensino superior quanto o ensino médio eram parte do desdobramento do processo de hegemonia social que uma restrita elite exercia sobre os instrumentos institucionais e jurídicos, assegurando-lhes a manutenção de privilégios coloniais. O ensino superior não seria autônomo e independente, mas prisioneiro das funções que o permitiam existir (Fernandes, 2020, p. 99).

Uma vez que a escola superior e a universidade foram construídas pela e para a aristocracia, destinando-se, posteriormente, às elites nacionais, herdeiras também dos aparelhos institucionais que asseguravam a continuação de uma hegemonia classista e excludente, o ensino superior brasileiro refletia um ideário cultural inalterado pelo movimento da Independência e pela República, pois sempre foi destinado às mesmas elites espoliadoras.

Segundo estimativa apontada por Anísio Teixeira, no fim dos anos 1880, cerca de 2.300 alunos tinham acesso ao ensino superior através de 24 escolas; com exceção da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, todas eram públicas. Tal número aumentou dez vezes, chegando a um contingente de cerca de 20 mil estudantes, dispersos por 86 instituições, ao fim da Primeira República (Teixeira, 1989, p. 82). A dinâmica da reprodução dessas escolas, no entanto, foi marcada pelo elitismo bacharelista que fazia do ensino superior um fim em si mesmo, pouco se relacionando com novas formas de especialização do trabalho ou com as demandas sociais de uma sociedade repleta de escravidões ou explorações análogas.

A relação universidade-trabalho era anulada em prol da institucionalização do ensino superior como instrumento para a reprodução de pessoal destinado a atuar na administração pública, concomitantemente voltada para o suprimento de uma “ciência utilitarista” que trataria de conhecimentos orientados à resolução de questões cotidianas sem desenvolver uma ciência que estudasse o país (Noronha, 1998. p. 98).

Segundo Teixeira, mantinha-se culturalmente entre as elites a idealização de um ensino superior utilitário, fechado em si, estritamente profissional, alheio a aspectos verdadeiramente humanísticos da cultura, isso porque a sociedade brasileira seria considerada, pelas elites de então, uma sociedade utilitária, uma “sociedade de trabalho” (Teixeira, 1989, p. 59). Enquanto o conhecimento científico era produzido no exterior e dava o suporte necessário ao gerenciamento da exploração do país, o ensino superior se baseava numa transmissão dogmática de conhecimentos técnico-profissionais, ou seja, mero guia introdutório de profissões.

Nesse sentido, a formação oferecida pelas Instituições de Ensino Superior (IES) era precária e, quando muito, elementar. O conteúdo das disciplinas também não teria acompanhado o desenvolvimento industrial e tecnológico que o país demandava, tampouco as aspirações de outras classes sociais que não as elites.

Corroborava para essas condições, o funcionamento das escolas superiores em meio período, o autodidatismo, a baixa qualidade e oferta de livros e apostilas, a multiplicação de unidades isoladas, o crescimento desordenado e a ausência de uma metodologia educacional que incentivasse a autonomia do estudante, além de passar ao largo de qualquer dinâmica relacionada à pesquisa. Todos esses fatores evidenciam que o ensino superior era para poucos e visava restritas profissões (Teixeira, 1989, p. 63).

O conhecimento proveniente dessa estrutura era supervalorizado por um conjunto de convenções sociais destinado a poucos integrantes das elites nacionais. Tal padrão de ensino superior no Brasil não passou por alterações qualitativas durante todo o Império (Cunha, 2007a, p. 71).

Uma vez que não se destinava a trabalhadores, sejam os descendentes da escravidão ou os imigrantes recém-chegados ao país, o ensino superior formava pessoas com o objetivo de reacender uma ordem conservadora e excludente, conforme afirma Darcy Ribeiro:

Pode-se dizer, da cultura erudita brasileira, que ela serviu e serve mais as classes dominantes, para a opressão do povo, que a outra coisa. Muitas vezes foi como um enfeite, um adorno, quando não foi a legitimação do poder dos poderosos, a consagração da riqueza dos ricos e a consolação dos aflitos com as realidades desse mundo. Mesmo quando dominou os saberes técnicos, os dominou muitos mais para produzir, acumular e exportar lucros, queimando gente, do que para construir um país habitável para implantar uma sociedade solidária. O saber e a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não se perguntam para que ou para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem, se não se perguntam se há convivência do sábio com o cobiçoso (Ribeiro, 1986, p. 10).

Apesar da ampliação no número de instituições, as necessidades educacionais eram tratadas somente nos limites do ideal de sociedade concebido pelas elites, ou seja, antirrepublicano, colonialista e autoritário por ser intencionalmente segregador, alienante e elitista.

A expansão do ensino superior, a cargo dos estados, persistia dissociada de políticas educacionais complementares, o que veio a provocar defasagens entre as necessidades educacionais e os instrumentos para corrigi-las conforme a multiplicação de instituições ocorria (Fernandes, 2020, p. 91).

Tal dissociação aprofundou o abismo educacional do país, mas era planejada de modo proposital e consciente por parte das elites, que usurpavam a estrutura estatal destinada

à educação para seus próprios fins. Desta maneira, as elites buscavam preservar seu cultuado passado colonial, através da manutenção de uma dinâmica profissionalizante rígida e personalista, numa estrutura fragmentada e classista. Assim nasce o ensino superior no Brasil (Fernandes, 2020, p. 93).

4.3 A UNIVERIDADE CAPTURADA PELO AUTORITARISMO

A modernização tecnológica torna-se imprescindível após a Primeira Guerra Mundial, dado o avanço tecnológico das nações que dinamizaram o modo de produção capitalista.

Assim, a partir da década de 1920, é possível diagnosticar a existência de movimentos crescentes que discutem a necessidade de modernizar as estruturas educacionais públicas, como o ensino superior. Simultaneamente, reformas educacionais em diferentes estados da República evidenciavam o declínio da aristocracia e a ascensão de novos grupos sociais, conservadores católicos, liberais e toda uma classe média que ocupava os centros urbanos nas capitais do Brasil (Teixeira, 1989, p. 77).

As reformas estaduais de ensino que ocorreram na década de 1920 em São Paulo, no Distrito Federal e na Bahia, foram desdobramentos dessa ascensão que, embora não almejassem romper com as estruturas anteriores, modernizou e racionalizou instituições antes regidas por meios considerados arcaicos e personalistas (Teixeira, 1989, p. 79).

Libânia Xavier nos aponta que, com o governo Vargas (1930 – 1945), o ensino superior deixou de ser meramente subordinado às oligarquias estaduais e passou a ser configurado como um instrumento do Estado a contribuir na consolidação da concepção de nacionalidade (Xavier, 2005, p. 9).

A modernização conservadora formada com a ditadura de Getúlio Vargas se manifestava de maneira autoritária sendo reproduzida em diversos setores sociais, inclusive o educacional, aglutinando em torno de si a ala mais conservadora da igreja católica e alguns entusiastas da Escola Nova (Xavier, 2005, p. 4; Silva, 2012, p. 1302).

Todas essas medidas evidenciavam como a educação tornava-se instrumento político para cooptar as elites que tinham influência suficiente para se opor ao governo. O apoio da igreja católica ao governo de Vargas e a adesão de integrantes do movimento escola novista serviram perfeitamente para ratificar o projeto de modernização conservadora a ser perpetrado. Tal modernização tinha, como princípio, dinamizar uma função político educacional que

ocorreria através da subordinação do pensamento educacional à política nacionalista de Vargas (Cunha, 2007a, p. 280).

O nacionalismo que acompanhava essas medidas, se desdobrava em relação à política econômica, mas estendia-se principalmente pela educação, onde centralizou diretrizes, cerceou o princípio da autonomia universitária para tentar homogeneizar o ensino superior e determinou medidas de cunho modernizantes, mas não rupturas estruturais, o que levou à reafirmação da política educacional de cunho autoritária (Cunha, 2007a, p. 252).

Como princípio dessas medidas modernizantes, em 1931, entrou em vigor o Estatuto das Universidades, conjunto de normativas que propuseram a instauração de um novo regime universitário no país (Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931). Este seria centralizado na autoridade do governo federal sob a égide de um setor administrativo estatal recém-criado, o Ministério da Educação e Saúde Pública.

A partir da institucionalização desse decreto, o fortalecimento do regime universitário só estava autorizado a ocorrer mediante fiscalização das IES por parte do governo, e sob medidas implantadas pelo recém-criado Conselho Nacional de Educação, instituição que tinha o poder de sugerir legislações, elaborar projetos e fiscalizar unidades escolares em todos os graus de ensino (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 203).

Com a ditadura estadonovista, o ensino superior torna-se um eixo importante do plano educacional, um instrumento que tinha o seguinte tipo de função:

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (Bomeny, 1999, p. 139).

Assim, institucionalizada pelo Estado Novo através do Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, as nascentes universidades brasileiras eram padronizadas por decreto e sem integração. Segundo podemos ver a partir de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984, p. 221), elas não tratariam de somente transferir o conhecimento estabelecido, mas sim de definir “o espírito brasileiro” que se fundaria entre as elites.

Apesar das imposições centralizadoras do governo varguista, pouco se rompeu com o tradicionalismo existente no ensino superior, uma vez que ele foi modernizado sob um viés autoritário sem participação estudantil ou popular.

O espírito dessa ideologia, presente em todo o ensino superior, tinha como ponto nevrálgico a criação da Universidade do Brasil. Ela incorporou autoritariamente a antiga Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira, e a dinamizou sob uma nova ideologia, modificando o currículo em convergência à centralização estatal e ao viés modernizante. A Universidade do Brasil deveria agir em quatro diferentes frentes. Eram as seguintes:

O projeto da Universidade do Brasil desdobrava-se em quatro atividades principais: o desenvolvimento da própria concepção da universidade; seu planejamento físico, que se deveria materializar na Cidade Universitária; a criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, que seria o núcleo de integração de todo o conjunto; e a criação de algumas novas faculdades e institutos, dentre os quais sobressaía o projeto de uma faculdade nacional de política e economia. A rigor, a inovação de Capanema em relação à legislação de 1931 consiste, principalmente, em tratar de dar vida à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - que na lei Francisco Campos deveria ser de Educação, Ciências e Letras - e da construção do campus universitário (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 223).

A homogeneização educacional que o Estado Novo almejava através da imposição de um padrão de universidade a ser reproduzido em escala nacional, independentemente das diferenças e especificidades entre regiões e instituições, não se contrapõem à fragmentação das instituições de ensino superior existentes, e nem à multiplicação delas, mas as fiscaliza de forma a policiar suas atividades, visando limitá-las em sua autonomia, em nome da uniformidade imposta.

Sob um ensino superior anteriormente disperso em torno do bacharelismo e sustentado por uma cultura de valores acadêmicos importados, ascendia uma universidade organizada por políticas de cunho nacionalista que impuseram uma reorganização de instituições e currículos ao limitar as potencialidades das Ciências Humanas e organizar concepções técnico-científicas em torno de princípios autoritários, que regiam a formação de jovens e a reprodução de um padrão único de universidade no Brasil.

Florestan Fernandes nos traz o fato de que, de 1942 a 1965, o ensino primário foi ampliado três vezes, o ensino médio oito vezes e, por fim, o ensino superior oito vezes e meia (Fernandes, 2020, p. 89). Esses números evidenciavam, na verdade, um ensino superior reproduzido sob o aval tanto do tradicionalismo que marcava a Primeira República, quanto do autoritarismo mediado pela ditadura varguista. Reproduzidas nesses moldes, ao fim da ditadura do Estado Novo (1945), o país contava com 181 IES e uma cultura universitária que — salvo alguns institutos de pesquisa fomentados à parte da universidade e sem conexão entre si — não produzia ciência de forma sistematizada ou conectada à realidade concreta em suas escolas de ensino superior.

Em 1960, o número de IES já salta para 404, e com mais rapidez ainda, como efeito da implantação da LDB de 1961, o país alcançaria ainda 779 instituições no ano de 1968 (Teixeira, 1989, p. 82). Apesar do aumento do número de matrículas em geral ter sido expressivo — em 1940 era de 27.671 e em 1960 chegara a 93.202 mil estudantes⁸ — nas universidades de todo o país tínhamos ainda 47,7% da quantidade total de alunos matriculados no ensino superior distribuídos nos cursos de medicina, engenharia ou direito, sendo 25% do número global de matrículas no ensino superior somente na carreira de bacharel (Ribeiro, 1969, p. 86).

Constatamos que o aumento no número de matrículas existente nas décadas anteriores pouco contribuiu à organização da reforma almejada pelo governo Goulart, uma vez que, historicamente, a universidade tinha sua atuação social reduzida a uma lógica disfuncional, sem conciliar o desenvolvimento da ciência moderna e da tecnologia aos problemas sociais. Anteriormente, no entanto, o ensino superior do país era restrito a poucos e monopolizado por carreiras que serviam às elites burguesas; em nada contribuía ao desenvolvimento social planejado pelo governo por ter sido concebido à luz de princípios classistas e, além disso, em separado dos fundamentos relacionados à pesquisa e aos problemas nacionais que a modernidade almejada requeria.

4.4 ANÍSIO TEIXEIRA E A MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS EDUCACIONAIS

Paralelamente à discussão envolvendo a LDB, o governo Goulart instaurava políticas, planejamentos e medidas que pretendiam superar o que era chamado de “concepção abstencionista do Estado”, (Brasil, 1964, p. LVII). Assim, neste instante da pesquisa, investigaremos o sentido da modernização empregado pelo governo no âmbito da educação, para compreender de que maneira foram diagnosticadas as deficiências a serem sanadas com a ação governamental. Para isso, apresentaremos as instituições e políticas públicas pensadas com o intuito de modernizar a educação, no sentido do desenvolvimento, utilizando a trajetória de Anísio Teixeira, um dos responsáveis principais pela racionalização estatal no âmbito da educação.

Anísio Teixeira, filósofo, educador, um dos mais ativos militantes em defesa da educação pública e um dos principais signatários do Manifesto de 1959, assumiu o cargo de

⁸ Ver Sampaio, 1991, p. 13.

diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP) ainda em 1952, e atravessou as gestões presidenciais de Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Dessa forma, Anísio foi o articulador de instituições que, entre outras medidas, buscavam modernizar a administração, a dinâmica do sistema educacional e repensar a universidade enquanto produtora de ciência (Mariani, 1982).

O INEP nasceu em 1937, com atribuições voltadas ao subsídio de políticas públicas relacionadas à educação. O instituto deveria auxiliar na modernização da dinâmica educacional do país, prestando subsídio teórico aos poderes estaduais, municipais e ao setor privado, o que seria feito através de pesquisas realizadas sob lastros científicos determinados pelos processos educacionais e pedagógicos que ocorriam no ambiente escolar (Saviani, 2012, p. 293).

Ao assumir a instituição, em 1952, Anísio Teixeira redefiniu a atuação do órgão ao dinamizar investigações sociais sobre a realidade educacional do país. Tal fato ocorreu através de programas como a "Campanha do Livro Didático e Material de Ensino", conhecida como CALDEME, e a "Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar", denominada CILENE. Esta última produziu um mapeamento das condições gerais da educação nacional a fim de diagnosticar o perfil dos alunos e de seus professores, além das estruturas e da relação social construída nesse âmbito; já a campanha organizada ao redor da CALDEME, visava a construção de material didático destinado ao ensino básico, elaborado para docentes e discentes, produzido por especialistas e professores universitários convidados exclusivamente para o projeto, que visava englobar conteúdos relacionados ao ensino, princípios e métodos educacionais (Mariani, 1982; Munaka, 2004).

Essas políticas implementadas pelo INEP possibilitaram a exploração de novas práticas de pesquisa sobre a realidade, unindo ciências sociais e educação. Com a intenção de explorar esse campo, e com o financiamento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Anísio Teixeira organizou a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o CBPE, sob o Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955.

Segundo o documento que determina sua criação, o CBPE intencionava elaborar e sugerir planos para a "revisão e reconstrução educacional do país". Para tanto, as pesquisas produzidas pelo órgão deveriam ocorrer nacional e regionalmente, mas sempre tendo as condições culturais e escolares como objeto de pesquisa para a compreensão das tendências de desenvolvimento de cada região.

O treinamento de educadores estava entre as principais finalidades da instituição. Eram eles o público a ser envolvido nas divulgações científicas que fossem produzidas pelo

Centro. Para isso, utilizava-se toda a estrutura material mantida pelo próprio CBPE, segundo as demandas criadas no planejamento educacional montado nas instâncias educacionais do INEP (Munaka, 2004, p. 13).

Apesar de ser criado no interior do INEP, o CBPE adquiriu funções próprias e organizava uma estrutura que contava com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Esses órgãos funcionavam integrados entre si, junto a secretarias educacionais e universidades públicas. Tanto o Centro Nacional quanto os regionais contavam com uma estrutura diversificada que institucionalizava formas de pesquisar a educação a nível nacional e em regiões distintas do país (Mariani, 1982).

Mantendo, em seu corpo de pesquisadores, intelectuais como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e Abgar Renault, diretores de unidades regionais em diferentes capitais do país, o CBPE tinha como parte de seu processo institucional trazer as Ciências Sociais à Pedagogia e assim oferecer o subsídio necessário para concretizar a sistematização do sistema educacional (Xavier, 1999, p. 54).

Para Anísio Teixeira, coordenador do projeto, a democracia brasileira só poderia avançar mediante a descentralização das instituições de ensino que ficaram de herança desde o Estado Novo. Essa descentralização deveria ser realizada com base nas pesquisas promovidas no âmbito do CBPE e de seus centros regionais em vínculo com as prefeituras e secretarias de educação, conforme observamos em entrevista ao jornal O Globo, no dia 7 de dezembro de 1956:

Não pensamos em reformar a escola brasileira com a imposição de modelos a priori formulados pelo centro, mas, antes, libertar as forças locais de iniciativa e responsabilidade e confiar-lhes a tarefa de construir a escola nacional, sob os auspícios de uma inteligente assistência técnica dos Estados e da União. Não somos nação a ser moldada napoleonicamente do centro para a periferia, mas um grande e diversificado império a ser assistido e, quando muito, coordenado pelo centro, a fim de poder prosseguir no seu destino de criar, nos trópicos, uma grande cultura, diversificada nas suas características regionais e una nos seus propósitos e aspirações democráticas e cristãs. A grande reforma da educação é, assim, uma reforma política, permanentemente descentralizante, pela qual se criem nos municípios os órgãos próprios para gerir os fundos municipais de educação e os seus modestos mas vigorosos, no sentido de implantação local, sistemas educacionais. Assim, teríamos o "município", com os seus sistemas de escolas locais, primárias e médias, enraizadas no solo físico e cultural do Brasil, - o "Estado", com suas escolas médias, superiores e profissionais, exercendo e sofrendo a influência das escolas locais e detendo o poder de formar o magistério primário, - e a "União" com o sistema federal supletivo de escolas superiores, escolas médias de demonstração, órgão de pesquisa educacional e o poder de regulamentar as profissões, atuando em diferentes ordens, independentes mas articuladas (Teixeira, 1956).

Assim, se a descentralização administrativa era necessária ao desenvolvimento da democracia, o CBPE foi construído com o intuito de ser um “laboratório” em que fosse possível pesquisar as diferenças regionais e culturais do país para integrá-lo como um todo. Através do trabalho empregado nas capitais em que desenvolvia suas pesquisas, seria possível conhecer cientificamente a situação sociocultural de qualquer região, visando posteriores políticas públicas e intersecção da educação escolar com o estudo das possibilidades de desenvolvimento fundamentadas na cultura a nível local (Xavier, 1999, p. 175).

Tentava-se, com o CBPE, extrair do Estado condições necessárias ao estabelecimento de um sistema educacional influenciado não mais por uma cultura estrangeira ou direcionado exclusivamente pelo gosto das elites, mas planejado sob a realidade social diagnosticada por uma ciência a ser produzida no país.

O arcabouço teórico construído através do CBPE não pode ser ignorado quando consideramos que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro deixaram o instituto para elaborar a construção da Universidade de Brasília (UNB).

A UNB seria a herdeira do princípio que moveu a criação do CBPE. A construção da Universidade de Brasília integrava não só o escopo da reforma universitária a ser construída, mas sua composição também contribuía na modernização do sistema educacional almejado pelo governo, como veremos a seguir.

4.5 A UNIVERSIDADE NO PROJETO DE NAÇÃO DO GOVERNO GOULART

Se o contexto no qual é gerada evidencia o sentido da reforma universitária, nesta seção investigaremos quais as bases teóricas da proposta esboçada, bem como os planos do governo para a refundação da universidade brasileira ao superar o caráter conservador e hegemônico existente.

Com os objetivos de democratizar a educação e desenvolver o incremento da produção nacional, a reforma universitária brasileira foi amplamente promulgada pelo governo Goulart (Brasil, 1964, p. 166). Contribuiu, para isso, não só a inauguração da UNB ou as lutas do Movimento Estudantil, mas, principalmente, a evolução da luta de classes que atravessava a sociedade como um todo. As pautas que advinham daí, possibilitaram que as estruturas hegemônicas fossem cada vez mais questionadas no processo de amadurecimento da consciência social que se construía coletivamente.

Nesse sentido, tentava-se empregar à universidade um novo tipo de dinâmica social, mediada por um ideário que tinha como fim, não só a superação do subdesenvolvimento, mas

também a necessidade de “educar para a democracia”, como afirmava a Mensagem ao Congresso Nacional (1964, pp. 162-163) e almejavam educadores como Anísio Teixeira (1989, p. 20) e Darcy Ribeiro (1969, p. 113).

A promoção da universidade ao status de “motor de transformação da sociedade”, dependia da superação das crises imanentes à dinâmica social do ensino superior. (Teixeira, 1969, pp. 8-9). Essas crises existiam como extensão do colapso do controle conservador sobre a universidade brasileira, fato que só veio a ser contornado com o golpe civil militar que permitiu a instauração de uma solução autoritária e tecnicista para o problema da modernização estrutural da universidade (Teixeira, 1969, p. 105).

Ainda segundo Teixeira, a supremacia das classes hegemônicas impedia que qualquer projeto revolucionário brasileiro superasse o padrão da ordem vigente e o ritmo da ordenação competitiva, própria às relações capitalistas. Todas as outras conquistas civilizatórias do país passaram por tal processo — a abolição, industrialização ou a “revolução liberal” — todas foram contornadas pelas elites de forma que esses grupos conseguiram manter e alargar seus privilégios, anulando parte do teor dessas conquistas (Teixeira, 1969, p. 105). Assim, integrar a universidade às reformas de base visava garantir sua concreticidade na medida em que ela só poderia ser efetiva em sua potência revolucionária se integrada à luta popular.

Através da reforma universitária, almejava-se a mudança de interação da universidade com as diferentes classes sociais. O governo queria desprendê-la da dinâmica restrita às elites nacionais e integrá-la num sentido de desenvolvimento impelido por uma ideologia nacionalista e democrática que a universidade ajudaria a cultivar.

Tal mudança de paradigma deveria ocorrer com base no estudo das condições socioculturais das regiões do país que necessitassem de transformação, como podemos acompanhar no desenvolvimento de Anísio Teixeira:

É absolutamente necessário que a educação seja um processo de incorporação pelo aluno da cultura real da sociedade, cultura de que a universidade seria a reformuladora; e não um acréscimo, não um ornamento, não um simples processo informativo. Só conseguiremos transmitir a cultura e o saber quando transformarmos as nossas instituições educacionais em instituições realmente embebidas no solo brasileiro, na terra brasileira, a refletiram a peculiaridade brasileira e o modo de pensar brasileiro. Quer dizer, a universidade é ciência e nacionalismo, é pesquisa e nacionalismo (1989, p. 71).

A universidade deveria desenvolver uma nova dinâmica social. Esta seria orientada por uma política educacional que passava a ser vista pelo governo — e ratificada por intelectuais que atuavam na máquina pública — como um programa contínuo e continuado que exigia permanente revisão de conteúdo, seja dos aspectos e das habilidades fundamentais

relacionadas às mudanças tecnológicas, ou dos aspectos que permitiam aprofundar o regime democrático, atribuindo ao povo condições de contribuir conscientemente para a democracia (Brasil, 1964, pp. 162-163).

A referida emancipação econômica seria possível através do estímulo a pesquisa científica e tecnológica no sentido de fortalecer o Estado moderno no enfrentamento às estruturas que faziam do país subdesenvolvido. (Brasil, 1964, p.174).

Para Darcy Ribeiro, este processo emancipatório não poderia ser conduzido segundo a idealização das elites nacionais, uma vez que, historicamente, elas optaram por uma modernização reflexa e disfuncional, conforme padrões exógenos e autoritários, através de limitados aperfeiçoamentos e restritas inovações tecnológicas (Ribeiro, 1969, p. 12).

Segundo a MCN de 1964, a reforma universitária precisava valer-se de novas maneiras de difusão da cultura e do conhecimento produzido, sobrepondo-se às raízes bacharelescas e elitistas para ser integrada às exigências do “progresso industrial” e da “transformação sociocultural” necessária ao país. (Brasil, 1964, p. 170).

Essa reorganização do ensino superior ganhou mais espaço institucional em fevereiro de 1964, quando foi regulamentado o Decreto Lei nº 53642. Nele, são expressos dois pilares fundamentais à reforma universitária: o primeiro seria atender a urgência requerida pelo desenvolvimento industrial, através da formação de mão-de-obra especializada, mediante a reformulação dos programas universitários e pela duplicação de vagas nos vestibulares (Brasil, 1964, p. 170); já o segundo pilar, era baseado em converter toda a capacidade ociosa das IES, em prol do maior contingente populacional possível. Assim, seriam promovidas novas ações junto à classe trabalhadora, como oficinas, cursos profissionais de nível médio, campanhas de promoção da cultura popular; ou por meio da difusão de conhecimentos básicos junto à população. Essas eram algumas das ações esboçadas (Brasil, 1964, p. 170).

A legislação previa ainda a duplicação do número de matrículas no primeiro ano nas escolas superiores de Medicina, Engenharia, Química, Odontologia e Geologia, além de abrir a possibilidade para outros cursos também terem suas matrículas expandidas. Tais medidas utilizariam a estrutura existente nas universidades, mas também era prevista a contratação de pessoal especializado para iniciar a dinâmica que forneceria condições para a reforma universitária.

Segundo Anísio Teixeira, a expansão desenfreada na qual o ensino superior foi submetido, desdobrava-se em dois desafios fundamentais à reforma universitária. O primeiro, era a dificuldade de integrar as múltiplas escolas superiores isoladas que existiam, de modo que

houvesse aproveitamento adequado de pessoal e equipamento; o segundo desafio, mais complexo ainda, era consolidar uma universidade de pesquisa em que se “possa construir a cultura brasileira e fazer marchar o conhecimento humano” (Teixeira, 1989, pp. 77-78), o que é realizado com a inauguração da Universidade de Brasília.

4.6 A UNB: OPOSIÇÃO AO MODELO TRADICIONAL

Nesta última parte da pesquisa, apresentaremos no que consistia o projeto original da UNB e de que maneira ele foi concretizado antes de ser descaracterizado pela ditadura militar no expurgo que ocasionou a demissão de 223 professores, logo após o golpe, em outubro de 1965 (Teixeira e Ribeiro, 1962).

Ao longo da pesquisa, constatamos que a Universidade de Brasília foi construída como resposta ao desafio civilizatório proposto com as reformas de base, na medida em que foi concebida como um projeto piloto para o “progresso educacional”, na contramão do padrão brasileiro de universidade (Teixeira e Ribeiro, 1962). Sua estrutura tripartite seria integrada por órgãos de pesquisa, ensino e difusão, sendo três as suas funções capitais, segundo Darcy Ribeiro (1968, pp. 74 – 75):

A) Formar quantitativa e qualitativamente o maior número de jovens possível, superando a dicotomia “massificação x elitização”. As artes e as ciências, junto de seus aspectos técnicos, seriam os elementos fundantes dessa formação, que necessitava ser democrática na medida em que “deve(ria) ser transmitida com a preocupação simultânea de descobrir e cultivar talentos e de aproveitar ao máximo a capacidade real de cada estudante” (Ribeiro, 1968, p. 74).

B) Ampliar o patrimônio humano dominando as artes e o saber em suas diversas faces para possibilitar a compreensão da experiência humana, agregando novas vicissitudes às expressões culturais de criação do povo brasileiro, possibilitando, dessa forma, o progresso à condição de “nação autônoma”.

C) Vincular-se cientificamente à sociedade e à cultura nacional, visando dinamizar as aspirações populares, seus valores e conhecimentos através de pesquisas e trabalhos que investigariam a realidade popular através da cultura. Para aprofundar o entendimento daí advindo, se instrumentalizariam órgãos institucionais a serem integrados às IES com condições estruturais para exercer um canal direto com as massas, induzindo-as a descobrirem e difundirem sua própria arte e saberes.

Até então, o modelo da universidade brasileira, fosse ela pública ou privada, era engessado e excludente. Dinamizada para poucos, ela era portadora de uma cultura extraída da

exploração colonial e difusora da espoliação de classe, dado o vínculo aristocrático imanente à sua origem. Entretanto, com a reprodução do padrão da UNB, a universidade brasileira teria, acreditava-se, suas funções docentes, criativas e políticas instauradas em torno da almejada autonomia.

Quanto ao ensino, a universidade brasileira era estruturalmente condicionada à autoridade do professor catedrático e complementada pelo “autodidatismo”, este, exigido a alunos isolados em suas respectivas IES e distantes das produções científicas que embasariam a resolução de problemas próprios ao subdesenvolvimento.

Tal rigidez condicionava o sistema universitário à manutenção do retrocesso, agindo sobre toda a comunidade escolar, principalmente sobre os discentes, que possuíam escassas oportunidades em IES, com currículos fixos e defasados. Concomitantemente, os docentes mais jovens ficavam presos a cargos auxiliares e ofícios limitados pela organização que o catedrático dava às áreas de ensino, o que gerava uma universidade presa nas inadequações que ela produzia (Brasil, 1964, pp. 171-172).

Em contraposição à tradição que era mantida e reforçada pela legislação, no caso a LDB, e para quebrar o exclusivismo das elites que formavam médicos para tratar seus senhores, engenheiros que administrassem seus negócios e bacharéis para advogar em suas causas, era necessário produzir um novo tipo de universidade. Esta deveria formar um trabalhador para, não somente “se adaptar” às transformações exigidas pelo modo de produção capitalista, mas que fosse “força de trabalho altamente qualificada, fator elementar da autodeterminação, da segurança e da consolidação da soberania nacional” (Brasil, 1964, p. VIII).

Em substituição ao padrão brasileiro de ensino superior, pensava-se em uma instituição voltada à investigação da cultura, do ensino e da pesquisa. Para tanto, a proposta do governo visava transformar a formação do estudante por meio de dois tipos diferentes de escola: os Institutos Centrais (IC) e as faculdades.

Na formação oferecida pelos IC aos alunos, os discentes eram iniciados na universidade através de cursos introdutórios de dois anos, a fim de suprir, assim, deficiências na formação básica. Posteriormente, ao longo dos três anos seguintes, o discente frequentaria as faculdades bacharelando em qualquer disciplina departamental. Neste estágio, seriam formados os profissionais especialistas e os professores para o ensino médio. Em seguida, mais dois anos de “educação científica”, voltada a estudantes que visassem a carreira de pesquisador,

equivalente ao “*master degree*” norte-americano. Por fim, os IC ofereceriam mais dois anos de trabalho de pós-graduação a candidatos ao doutorado (Teixeira e Ribeiro, 1962).

Dessa maneira, ficavam estabelecidos os quatro módulos da graduação universitária nos IC da UNB: o básico, de quatro semestres, que poderia se estender até o bacharelado, caso em que se desdobraria em seis semestres; o de formação, orientada em direção ao licenciado, que implica em dez semestres de estudos; e o de pós-graduação, com no mínimo quatorze semestres (Ribeiro, 1969, p. 180).

Além de núcleos de apoio pedagógico e científico, a UNB iniciava seus trabalhos, em 1962, com oito IC compondo os departamentos básicos da universidade, sendo eles: Artes, Biologia, Ciências da Terra, Ciências Humanas, Física, Letras, Matemática e Química.

Já o bacharelado, que formava o especialista, estava distribuído em seis faculdades profissionais — Ciências Agrárias, Ciências Médicas, Engenharia, Educação, Ciências Jurídicas e Sociais e, por fim, Arquitetura e Desenho. Planejava-se que os IC oferecessem uma formação propedêutica, que levaria o aluno a se dedicar inicialmente a “grandes áreas da atividade humana”, não se fechando a carreiras limitadas por currículos dissociados do desenvolvimento almejado (Ribeiro, 1969, p. 179)

Estruturada dessa maneira, alegava-se que a universidade permitiria ao discente alargar suas experiências antes de fazer escolhas definitivas acerca de seu futuro enquanto estudante e profissional. Superando a rigidez do sistema de cátedras e as limitações na grade formativa, um dos princípios da reforma universitária foi estabelecer uma universidade em que a pesquisa fosse estimulada e amparada pelo governo, mas com a devida autonomia científica.

Além de promover uma nova formação profissional e humana ao superar a reprodução ideológica conservadora, dinamizada nas universidades brasileiras, a reforma universitária esboçada com a inauguração da UNB teria, nas funções da nova estrutura, seu principal mérito. A reprodução democrática do conhecimento científico produzido, orientaria a atividade universitária no sentido de transformá-la num instrumento de potencial transformador, mas que ainda dependeria do esclarecimento e da prática política dos grupos diretamente envolvidos na dinâmica cotidiana da universidade, principalmente os discentes, que, através da força do movimento estudantil agiam para, não só reformar, mas, revolucionar a universidade.

A UNB demonstrava que era possível estabelecer uma conexão do estudante com a realidade social através da crítica e da ação. A intenção era construir uma universidade em

que o questionamento e a ação prática, enviesados pelo método científico, oferecessem a possibilidade de respostas aos problemas que impediam o país de firmar-se enquanto nação.

Considerada uma utopia concretizada, que serviria de base para a reforma universitária por oferecer condições aos estudantes de compreender a realidade sob uma perspectiva inovadora, a UNB propôs desenvolvimento e autonomia investigando história, cultura, as riquezas materiais e imateriais que o país detinha concomitantemente à promoção da integração entre ciência e trabalho, no sentido de renovar as profissões e as tecnologias modernas para a melhora da sociedade, tal como antevia o desenvolvimentismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi apresentada a reforma universitária promulgada pelo governo João Goulart. Ao longo desse estudo tivemos que analisar a história, o meio social, os conflitos, as concretizações e os planejamentos que incidiam sobre nosso objeto, pois, naquele instante da história, a luta de classes se dinamizava em torno da ruptura ou da manutenção de privilégios então compartilhados apenas entre as elites.

Vimos que a reforma universitária contava com o aparato de instituições governamentais, órgãos de pesquisa estatais e apoio popular. No entanto, não foi realizada, dada a violência das elites financeiras civis e militares do país que não admitiam ter suas benesses contestadas e consideravam as medidas contidas nas reformas um afronte comunista.

Assim, visamos, através de aproximações com a teoria do materialismo histórico-dialético, conceituar e compreender a realidade histórica em questão ao enfatizar em nossa análise a apresentação das reivindicações das classes populares, reconstituindo a luta dos trabalhadores contra o Plano Trienal, um plano de austeridade que os impedia de ter acesso a condições de vida adequadas. A contestação e a busca por um projeto factível junto ao governo, levam as classes populares a reivindicarem reformas sem conciliações e agilidade nas políticas demandadas.

Esse movimento torna-se problema central para o governo, pois Goulart buscava equilibrar-se entre as demandas populares existentes e a depreciação por parte das instituições políticas, órgãos internacionais e entidades civis e militares que pregavam o golpe.

A forma inicial com a qual o governo buscou superar esse dilema foi investindo no ideário desenvolvimentista procedente da CEPAL, ao passo que esboçava construir um ideal de nação sustentado no progresso industrial a ser compartilhado por distintas classes sociais. Este progresso industrial deveria estar acompanhado do progresso tecnológico, do científico, do educacional, do político e do democrático, a serem possibilitados pelas reformas de base. Somente nas minuciosidades de tal processo é que apreendemos as respostas aos objetivos colocados para a pesquisa.

Dessa maneira, nosso objetivo geral — compreender a reforma universitária relacionando-a às reformas de base e à luta de classes — foi necessário para entendermos o sentido das reformas por parte do governo Goulart. O governo partia do princípio de que era possível unir os trabalhadores e setores da burguesia em torno de uma ideologia que visasse superar as condições que perpetuavam o subdesenvolvimento, utilizando as reformas de base como instrumento para isso. Nesse sentido, a reforma universitária era necessária para que se

pudesse preservar a cultura popular ao passo em que se fazia urgente expandi-la com o desenvolvimento através da ciência.

Procuramos evidenciar a importância das reformas de base e o modelo de emancipação adotado pelo governo na linha do capitalismo desenvolvimentista. O governo planejava que a realização das reformas, com a participação das classes trabalhadoras, deveria ser o princípio de uma aliança que teria o pacto entre diferentes classes como o elemento chave para melhor desenvolver a apregoada democracia representativa. Tal condução ocorreria por meio da valorização do trabalho diante das influências do capitalismo em sua esfera global, que potencializava a desvalorização dos produtos primários e dificultava o desenvolvimento de tecnologia nacional.

Nessa medida, Goulart trabalharia para filtrar as demandas das classes trabalhadoras ao passo em que encontrava meios de regulamentar termos, condições e exigências do capitalismo através da força das reivindicações populares.

O governo não tinha a intenção de superar o subdesenvolvimento pela via socialista, mas se propôs a construir alternativas que visavam utilizar as estruturas do sistema capitalista, então sob controle das elites nacionais, a universidade entre elas.

Vimos, sob uma ótica mais próxima ao materialismo histórico-dialético, que a concepção de emancipação existente no ideário do governo Goulart era limitada, pois não tinha como objetivo romper com a hegemonia existente e ratificada pelo Estado, que reduzia o homem, de potencial revolucionário, em cidadão a ser moldado. Tal emancipação não fazia referência à libertação do trabalhador do modo de produção capitalista, mas sim à superação do subdesenvolvimento através da construção de uma ciência independente em relação às forças exógenas, de uma cultura autônoma e uma economia voltada à valorização do trabalho através do desenvolvimento tecnológico.

Assim, a concepção de emancipação tal como presente nos documentos e discursos do governo Goulart não fazia referência à libertação do trabalhador do modo de produção capitalista; fazia sim, à superação do subdesenvolvimento através da construção de uma ciência independente em relação às forças exógenas, de uma cultura autônoma e uma economia voltada à valorização do trabalho através do desenvolvimento tecnológico que beneficiasse a “população”, como tantas vezes apontado no texto.

Embora seja articulada sob a concepção do desenvolvimento, a emancipação nacional, além de não romper com a estrutura capitalista tal como se impôs no Brasil, não era sequer similar à concepção de emancipação humana de teor revolucionário, uma vez que não

tinha como objetivo alterar a noção de liberdade presente na sociedade capitalista. Nesta, a liberdade se fortalece baseando-se na separação do homem com seu semelhante. Assim, a liberdade de um indivíduo acaba quando começa a de outro.

A concepção de emancipação tal como apregoada pelo governo, diluía os antagonismos de classes e visava a construção de um bem comum, não tendo nada de revolucionário, embora visasse reorganizar a economia e moldar as demandas populares sob o crivo mais conciliatório da política institucional, evitando, assim, tendências revolucionárias. Ou seja, além de estimular os progressos e reivindicações das classes trabalhadoras, o governo também estipulava seus avanços, enquanto centralizava suas demandas.

Tal noção de emancipação incidia sobre a reforma universitária na medida em que ela era necessária para que fossem conduzidas as transformações culturais e tecnológicas, a serem estabelecidas através do tripé “ensino, pesquisa e difusão”. Vislumbrava-se uma autonomia jamais concedida à universidade brasileira desde a origem do ensino superior no país, dado o controle exercido pelas forças conservadoras.

Além de compreender o contexto histórico do nosso objeto através do estudo de sua dinâmica em relação às classes sociais existentes, nosso objetivo específico da pesquisa — investigar o arcabouço teórico que embasava a reforma universitária — foi realizado apresentando a influência da dinâmica relacionada à luta de classes na elaboração institucional do projeto.

Entendemos que a reforma universitária estava diretamente relacionada à noção de emancipação que o governo arquitetava. A universidade seria associada a uma nova dinâmica social através do desenvolvimento de padrões científicos que serviriam para investigar e agir sobre as estruturas materiais e culturais que perpetuavam o subdesenvolvimento.

O fato de a universidade ter sido gerenciada à disposição das elites, evidencia o caráter de classe do Estado e das instituições que o compõem. A necessidade de uma reforma universitária sem conciliação, seria uma resposta à prática histórica de obscurecer o conhecimento e distanciá-lo das classes populares com imposições tradicionalistas e sectárias para manter o monopólio de poder sobre a universitária brasileira, fazendo dela um dos motores do apregoado subdesenvolvimento.

Através das reformas de base, o governo buscava reorganizar as estruturas produtivas, de maneira a possibilitar o desenvolvimento econômico mediado por uma ideologia de cunho nacionalista, a ser edificada como consequência das respostas aos problemas sociais do país.

A universidade seria instrumentalizada para que fosse possível conhecer qualitativa e quantitativamente a realidade do país utilizando as Ciências Sociais. Pós-reforma, ela era concebida como o lugar específico de cultivo dos atributos necessários à emancipação nacional nos moldes que o governo determinava, ao mesmo tempo que também serviria na busca de respostas para muitos problemas do país através da ciência e da valorização da cultura enquanto produto social material e imaterial (Ribeiro, 1986, p. 23/24).

Ainda que somente esboçada pelo governo, a reforma universitária se aproximava do que era requerida pelo movimento estudantil e, por isso, rejeitada pelas forças conservadoras que viam sua hegemonia ser ameaçada com a possibilidade de uma nova geração de estudantes e trabalhadores obterem acesso à sua própria história, cultura e condições de desenvolver-se autonomamente.

Tal qual o desenvolvimentismo, a reforma universitária não era imune a críticas e, a depender do modelo de sociedade em debate, tornava-se necessário evidenciar seus limites.

Segundo o sociólogo Florestan Fernandes:

O fundamental é que a universidade adquira, de novo, o status de instituição criadora, de foco institucional de produção intelectual original, de agência do processo de transformação incessante das civilizações. As ambiguidades do presente nascem, mesmo, da confusa situação histórica que vivemos, na qual a universidade é chamada para manter e revigorar uma civilização que deveria ajudar a destruir e, simultaneamente a colaborar na criação de uma civilização nova, oposta à civilização em crise e, por vezes, a sua negação frontal (Fernandes, 2020, p. 384).

Para romper com os limites do pacto em torno do conceito de nação esboçado e construir uma ciência no sentido do socialismo, seria necessário fazer da reforma universitária mais do que um movimento de transição em direção à libertação das forças produtivas. Só com as reformas de base e ampla participação popular em sua elaboração, a reforma universitária poderia ter o efeito desejado de servir como caminho a um futuro com possibilidades reais de ser libertador.

Ainda segundo o sociólogo, para gerar o efeito autônomo que era incumbido à universidade, a sociedade não poderia perpetuá-la pós-reformas de base, mas relacioná-la a uma constante revisão educacional e pedagógica mediada pelos anseios das classes trabalhadoras. Só isso poderia construir uma ciência que não se prestaria ao capital.

A reforma universitária e as reformas de base, como um todo, eram inseridas na luta contra o subdesenvolvimento que se alastrava no país. Segundo Fernandes, tal embate poderia ocorrer tanto sob o terreno do capitalismo como no socialismo, contudo, encaminhada a superação do subdesenvolvimento, a concretização da democracia burguesa dependeria da contenção da dinâmica revolucionária dos trabalhadores. Daí a importância de a universidade

ter uma ciência que inclua em suas atividades o estudo do potencial revolucionário das forças produtivas. Este conhecimento deve ter como finalidade libertar o homem do trabalho sob a égide do capitalismo visando assim concretizar sua autonomia.

No fim, a reforma universitária foi realizada somente em 1968, com o auxílio de investidores privados, financiada por prerrogativas norte-americanas e sob o gerenciamento tecnocrata da ditadura militar, mesmo após protestos, prisões e violências diversas que resultaram na extinção da UNE.

Com o golpe, o desenvolvimento democrático da universidade e as demais demandas sociais almejadas durante o governo Goulart, são abandonadas à vontade do mercado. Inicia-se, assim, na História da Educação e do ensino superior brasileiro, um capítulo guiado pelas prerrogativas do capital com o aval de um governo ditatorial que promoveu uma modernização autoritária distante das classes populares e indiferente à realidade social, conforme afirma Ribeiro:

Temo muito que nossos acadêmicos não tenham sido fiéis ao povo brasileiro. Temo até que a maioria de nós serviu mais a sua opressão que a sua libertação. Por exemplo, no curso da longa ditadura que acaba de eclipsar-se, vimos florescer extraordinariamente as Ciências Sociais em nosso país. A politicologia esgalhou-se em dezenas e dezenas de doutorados. Não é espantoso que isto ocorra precisamente quando mais se torturava no Brasil. Não é de perguntar como e por que quando havia menos política, quando os militantes políticos eram despedaçados na tortura, assassinados e tinham seus corpos escondidos, mais doutores em ciência política se multiplicavam pelo país afora (Ribeiro, 1986, p. 14).

A realidade aqui apreendida evidencia sua proximidade com a atualidade política em que vivemos, na medida em que acreditamos que a universidade deve desenvolver uma dinâmica científica que sirva aos objetivos da classe trabalhadora. Nesse processo ela também deve enfrentar as estruturas de poder autoritárias, anti-trabalho, pró capital e obscurantistas que cresceram, após outro golpe, ocorrido em 2016, contra a presidenta Dilma Roussef, destituída pela mesma política antidemocrática e nociva aos trabalhadores que elegeu Jair Bolsonaro presidente da República.

Com a pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, vimos que, enquanto a universidade brasileira e diversos institutos de pesquisa procuravam uma vacina para vencer o vírus, o governo federal de extrema direita trabalhava para que ele fosse disseminado amplamente pela população, visando uma “imunidade de rebanho” que nada tinha de científica, mas foi mortal a muitos grupos sociais do país.

Durante a pandemia, inverdades foram disseminadas e esculhambações promovidas com o fim de desmoralizar as universidades públicas, funcionários, professores e

alunos em nome de um obscurantismo beligerante que custou a vida de incontáveis pessoas. Ao passo que se produzia ciência na universidade, o sistema capitalista, personificado em empresários e corporações financeiras, tentava moldar e reproduzir uma ideia de verdade baseada na negação de princípios investigativos e na recusa da ciência. Assim, as funcionalidades espoliadoras do sistema não sofreriam abalo significativo.

A despeito das péssimas condições estruturais, da burocracia e dos ataques privatizantes, a universidade brasileira ainda persiste na busca por melhores maneiras de corresponder às demandas sociais devido à luta de alunos, professores e funcionários em geral.

Atribuir à universidade papel chave na transformação da sociedade é uma tarefa relevante posta a todos os seus integrantes para que, assim, possamos nos apropriar novamente do termo “universidade crítica”, desta vez, em direção a uma organização social mais justa e igualitária no sentido real de emancipação humana: o socialismo. Para tanto, faz-se necessário a superação da sociedade de classes por meio da emancipação humana a ser desenvolvida através da luta e da consciência de classe. Estas, sob o ímpeto revolucionário próprio ao dos trabalhadores quando adquirem consciência o suficiente, trazem em si uma concepção de emancipação capaz de abolir os antagonismos que impulsionam as desigualdades, como o Estado, não havendo mais poder político central, uma vez que ele estaria diluído na sociedade civil.

É essa emancipação que reconduziria o mundo humano, não só no que se refere às relações sociais, mas ao próprio ser que passaria a ver no outro não mais uma limitação à sua liberdade, mas uma continuidade.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando *et al.* Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados. **Revista HISTEDBR On-line**, p. 205-220, 1960.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart** – As Lutas Sociais no Brasil, 1961-1984. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.

BOMENY, Helena. **Três decretos e um ministério**: a propósito da educação no Estado Novo. Repensando o estado novo. Rio de Janeiro: FGV, p. 137-166, 1999.

BRASIL. Constituição (1946) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Decreto n. 53.642, de 28 de fevereiro de 1964. Dispõe sobre a duplicação de matrículas no primeiro ano das escolas superiores. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 2050, 02 mar. 1964.

BRASIL. Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955. Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e centros regionais. **Diário Oficial da União** - Seção 1, p. 1337, 24 jan. 1956 (Republicação).

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional João Goulart - 1964**. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: Mensagem ao Congresso Nacional João Goulart - 1964. — Biblioteca (presidencia.gov.br). Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Plano Trienal de Desenvolvimento Nacional, 1962**. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/15>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CHOQUE Cultural. Direção de Zelito Vianna. Rio de Janeiro. **Mapa Filmes**. 1975. 1 DVD

CORBISIER, Roland. **Reforma ou revolução?** Civilização brasileira, 1968.

CUNHA, Luiz. **A universidade temporã**: da colônia à era de Vargas. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2007a.

CUNHA, Luiz. **A universidade crítica**: o ensino superior na República populista. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2007b.

DEL ESTE, C. P. Punta del Este. Población, v. 3, p. 466, 1961.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista brasileira de história**, v. 36, p. 131-154, 2016.

DREYFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Vozes, 1981.

DUARTE, Pedro; GRACIOLLI, Edílson. **A teoria da dependência**: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friederich. **Do Socialismo utópico ao socialismo científico (S/D)**. São Paulo: Editora Moraes.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**, v. 1, p. 87-124, 2019.

FÁVERO, Maria. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Editora da UFRJ, 2009.

FERREIRA, Jorge. "Novos Rumos": jornal do Partido Comunista Brasileiro. Locus: **Revista de História**, v. 19, n. 2, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? Editora Boitempo, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Editora Vozes, 1977.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política, 1961-1964. Paz e Terra, 1993.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Editora Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileiro**. Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992

GASPAR, Danielle. **Os documentários do IPES e a campanha ideológica**: as práticas audiovisuais e a preparação do golpe de 1964. 2012.

GOULART, João; MARCELINO, Wanielle Brito. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

LENIN, Vladimir. Uma grande iniciativa. **Obras Escolhidas**, v. 3, 2. ed. São Paulo: AlfaÔmega, 2004.

LOUREIRO, Felipe. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse**: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOUREIRO, Felipe. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964):** ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. Editora Unesp, 2021.

LOUREIRO, Felipe. **Uma difícil conciliação:** empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal. **História Econômica & História de Empresas**, v. 13, n. 2, 2010.

LOUREIRO, Felipe. **A “última chance”: o governo Kennedy e o Plano Trienal.** 2011.

LOVATTO, Angélica *et al.* **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960:** um projeto de revolução brasileira. 2010.

MARIANI, Maria. Educação e ciências sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**, p. 169-195, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Editora Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas.** Ano XII, v. 23, n. 2, p. 252-279, 2017. Disponível em: [glosas.pdf \(marxists.org\)](https://marxists.org/glosas.pdf). Acesso em: 01 fev. 2023.

MARX, Karl. **A Questão Judaica.** Tradução de Artur Morão. In: MARX, Karl Manuscritos Económico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão.** Forward Movement, 2006.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961:** apontamentos para uma história política da educação. Mosaico, v. 2, n. 3, p. 21-39, 2010.

MOTTA, Rodrigo. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo**, v. 20, p. 0121, 2015.

MUNAKATA, Kazumi. **Dois manuais de história para professores:** histórias de sua produção. Educação e pesquisa. v. 30, p. 513-529, 2004.

NETTO, José. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, v. 2012, 2011.

NORONHA, Olinda Maria. **História da educação:** sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro. 1998.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, nº. **203**, 4 de janeiro – 10 de janeiro de 1963. 1963a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&Pesq=plano%20trienal&pagfis=2428>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, nº **239**, 20 de setembro – 26 de setembro de 1963; p. 3. 1963b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&Pesq=plano%20trienal&pagfis=2754>. Acesso em 22 jul. 2022.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, nº. **204**, 8 de fevereiro – 14 de fevereiro de 1963; p. 4. 1963c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&Pesq=plano%20trienal&pagfis=2475>. Acesso em 20 jul. 2022.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro, nº **242**, 11 de outubro – 17 de outubro de 1963; p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=122831&Pesq=plano%20trienal&pagfis=2783>. Acesso em 22 jul. 2022.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. Boitempo editorial, 2020.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium. **Revista Aurora**. v. 5, n. 2, p. 57-80, 2012.

PINTO, Álvaro. Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 252-279, 1963.

PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. Cortez Editora, 1986.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**. v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

RAMIREZ, Hernán. Empresários e política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. v. 13, n. 1, p. 209-240, 2009.

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro, nº **606**, 30 de novembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=53666>. Acesso em:

RICARDO, David. Os Economistas: **PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA E TRIBUTAÇÃO**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório: Etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Cia das Letras, 2011

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Editora Universidade de Brasília, 1986.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro.** São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho. v. 8, p. 91, 1991.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964** Campinas. SP: Editora Alínea, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Educação e Política no Brasil.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados. 1987.

SAVIANI, Dermeval. **O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep.** *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 93, n. 234, p. 291-322, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, práxis e emancipação humana.** *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, v. 2, n. 2, p. 5-20, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema.** 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. Fim de século. **Sequências brasileiras: ensaios.** p. 155-162, 1999.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco.** Paz e terra, 1975.

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas.** 2012. Disponível em: https://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346280564_ARQUIVO_textoparaaanpuh-rs.pdf. Acesso em 04 jun. 2023

SOUZA, Thiago. **Ação Democrática Parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Orientadora: Lucia Grinberg. Rio de Janeiro. 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **Descentralizar a educação, uma reforma que se impõe.** Entrevista. O Globo. Rio de Janeiro, 7 dez. 1956.

TEIXEIRA, Anísio; RIBEIRO, Darcy. The University of Brasília. **The Educational Forum. Wisconsin.** v. 26, n. 3, Part 1, p. 309-319, mar. 1962.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Ed. FGV. Org. Santamarense de Educação e Cultura. Instituto de Documentação, 1989.

VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe: estado e universidade no Brasil (1954-1964). **Em Aberto**. v. 1, n. 10, 1982.

VIEIRA, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. **Resumos analíticos em história da educação latino-americana**. 1994.

XAVIER, Libânia. **O Brasil como laboratório: Educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/Inep/MEC (1950-1960)**. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, Instituto Franciscano de Antropologia, Universidade São Francisco, 1999.

XAVIER, Libânia. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. **Educação (Santa Maria)** – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). v. 30, n. 2, p. 105-120, 2005.